|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

**Programa de REQUALIFICAÇÃO URBANA E SEGURANÇA CIDADÃ DA ORLA NOROESTE VITÓRIA**

**(BR-L1497)**

**MANUAL DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DO PROGRAMA**



**Andre Sampaio**

**Vitoria Junho de 2018**

**SUMÁRIO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **Página** |
| **I.** | **INTRODUÇÃO**......................................................................................................................... | 1 |
| **II.** | **PROCEDIMENTOS GERAIS** .................................................................................................. | 1 |
|  | CONTROLE DE DOCUMENTOS E REGISTROS .................................................................. | 2 |
|  | NÃO CONFORMIDADE, AÇÃO CORRETIVA E AÇÃO PREVENTIVA .................................. | 4 |
|  | PLANO DE AÇÃO DE MELHORIA .......................................................................................... | 6 |
| **III.** | **FORMULÁRIOS GERAIS** ....................................................................................................... | 9 |
|  | CONTROLE DE REGISTROS, FORMULÁRIOS E MODELOS CORRELATOS .................... | 9 |
|  | ATA DE REUNIÃO .................................................................................................................. | 10 |
|  | LISTA DE PRESENÇA ............................................................................................................ | 11 |
|  | FORMULÁRIO DE NÃO CONFORMIDADE ........................................................................... | 12 |
|  | RELATÓRIO DE INSPEÇÃO AMBIENTAL ............................................................................. | 13 |
|  | PLANO DE MELHORIA ........................................................................................................... | 13 |
| **IV.** | **PROCEDIMENTOS DA FASE DE IMPLANTAÇÃO** ............................................................... | 14 |
|  | PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO AMBIENTAL DAS OBRAS .................................... | 14 |
|  | PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL DE OBRAS.......................................................... | 20 |
|  | PROGRAMA DE GESTÃO EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO ............................ | 30 |
|  | PROGRAMA DE SUPERVISÃO AMBIENTAL DA CONSTRUÇÃO........................................ | 46 |
|  | PROGRAMA DE REMEDIAÇÃO DO TERRENO DO CENTRO DE COOPERAÇÃO DA CIDADE.... | 52 |
|  | PROGRAMA DE CONSULTAS PUBLICAS...................................................................................... | 55 |
|  | PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA............................................................. | 60 |
|  | PROGRAMA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO DE MANGUE NAS ÁREAS AFETADAS.......... | 64 |
|  | PROGRAMA DE APOIO A ATIVIDADES PRODUTIVAS DA ORLA NOROESTE............................ | 67 |
| **V** | **QUADRO DE IMPACTOSDO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DE VITORIA**........................................................................................... | 62 |
| **VI.** | **FORMULÁRIOS DA FASE DE IMPLANTAÇÃO** .................................................................... | 63 |
|  | CADASTRO DE DESTINATÁRIO DE RESÍDUO .................................................................... | 64 |
|  | CONTROLE DA REMOÇÃO DE RESÍDUO ........................................................................... | 65 |

**I. INTRODUÇÃO**

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) do Programa de Requalificação Urbana da orla Noroeste de Vitoria (BR-L1497) faz parte do Componente Desenvolvimento Urbano e Gestão Ambiental Sustentável que financiará, entre outras atividades, a melhoria dos instrumentos de gestão e planejamento urbano, territorial e ambiental. Deverá ser, portanto, um instrumento por meio do qual a Unidade Gerenciadora do Programa (UGP) promoverá a gestão ambiental durante o planejamento e a implantação do Programa e o cumprimento da legislação ambiental e da Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Dessa forma, por meio da implementação do SGA nas fases de planejamento e implantação das obras, a cargo da Coordenação Executiva da Unidade de Gerenciadora do Programa (UGP), espera-se um ganho significativo na qualidade ambiental do Programa, com inquestionáveis ganhos na qualidade de vida da população de Vitoria.

O SGA, composto por dois documentos básicos, o Plano e este Manual de Procedimentos, foi desenvolvido com base nas entrevistas realizadas com os técnicos da UGP e demais órgãos estaduais diretamente envolvidos com Programa e nos documentos disponibilizados pela UGP e pelo BID, com destaque ao Relatório de Avaliação Ambiental e Social (RAAS).

Este Manual, segundo documento que compõe o Sistema, apresenta de forma detalhada os procedimentos e os formulários de controle e qualidade ambiental, além do Quadro de Impactos do Programa. São todos instrumentos adequados, necessários e indispensáveis para a implementação do SGA no ciclo dos projetos que compõem o Programa de Requalificação Urbana da orla Noroeste de Vitoria.

A concepção e estrutura do SGA, por sua vez, é apresentada no Plano do SGA, que contém as diretrizes gerais, os principais procedimentos socioambientais que devem ser considerados pelo Programa, os participantes do SGA, o Marco Lógico, o fluxograma dos procedimentos ambientais e algumas instruções de projeto e especificações técnicas necessárias ao desenvolvimento das atividades do Programa, em conformidade com os estudos e programas socioambientais decorrentes do licenciamento ambiental das obras e a OP-703 do BID.

Além dos procedimentos e formulários apresentados a seguir, também fazem parte do SGA, como instrumentos de gestão ambiental, todos os estudos ambientais realizados tanto na fase de preparação do Programa, com destaque ao Relatório de Avaliação Ambiental (RAAS),como durante o processo de licenciamento ambiental, bem como as políticas socioambientais do BID ea Política de Gestão Ambiental de Vitoria.

**II. PROCEDIMENTOS GERAIS**

Os Procedimentos Gerais apresentados a seguir foram estabelecidos para o controle dos documentos do SGA, o registro das atividades e a garantia da gestão dos aspectos socioambientais do Programa de Requalificação Urbana da orla Noroeste de Vitoria. São identificados pela sigla P.G.No (Procedimento Geral No).

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PRODECIMENTO GERAL** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **CONTROLE DE DOCUMENTOS E REGISTROS** | **P.G.01** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

1. **OBJETIVO**

Possibilitar que os documentos que compõem o SGA, inclusive os registros, estejam na versão correta e atualizada.

1. **RESPONSÁVEL**

* UGP – Unidade Gerenciadora do Programa e Consultorias de apoio ao gerenciamento

1. **PROCEDIMENTOS**

**3.1. Tipos e Identificação dos Documentos do SGA**

Os formulários, procedimentos e documentos do SGA são identificados por letras e números, conforme segue:

* Manual do Sistema de Gestão Ambiental = MSG;
* Procedimento Geral = P.G.;
* Procedimento de Planejamento e Projeto = P.P.;
* Procedimento de Obra = P.O.;
* Formulário Geral = F.G.; e
* Formulário de Obras = F.O..
* Procedimento de Operação = P.Op.
  1. **Análise, Aprovação e Uso dos Documentos**

A análise crítica e aprovação dos documentos, procedimentos e formulários que compõem o SGA estão a cargo da UGP, que também deve assinar o final de cada documento. Uma cópia assinada de cada documento é guardada em uma pasta que fica arquivada na UGP. Os documentos podem ser impressos e distribuídos aos usuários por e-mail. A vigência dos documento tem início na data de sua aprovação, anotada no próprio documento.

Em caso de revisão, o documento, procedimento ou formulário passa pelo mesmo processo de análise e aprovação e recebe uma nova numeração, no campo “versão”. Na cópia arquivada na UGP as alterações decorrentes da revisão devem ser indicadas por meio de texto em letra vermelha e grifado.

Todos os documentos do SGA devem ser analisados e revisados periodicamente, cabendo à UGP o controle desta periodicidade de análise e os ajustes necessários, de acordo com as orientações deste Procedimento. Os documentos substituídos devem ser destruídos, permanecendo uma cópia eletrônica arquivada em pasta específica.

* 1. **Controle de Registros**

Durante a elaboração e revisão dos documentos, os responsáveis por estas atividades devem identificar quais são os registros necessários para identificação, armazenamento, proteção, recuperação, tempo de retenção e descarte dos mesmos.

Assim, por exemplo, a análise crítica de um procedimento ou a avaliação de uma Inspeção Ambiental deve ser registrado no F.G.02 - Ata de Reunião é divulgado aos responsáveis das áreas envolvidas.

Os parâmetros para controle de cada registro são definidos por meio de um quadro que se encontra no final de cada documento, similar ao Quadro No 1, apresentado a seguir.

**Quadro No 1: Controle de registros e documentos**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO** | **LOCAL DO ARQUIVO** | **TIPO E RECUPERAÇÃO**  **DO ARQUIVO** | **TEMPO DE RETENÇÃO** | **DESCARTE** |
| Nome e código do registro.  (p. ex.: F.O.03) | Local onde o arquivo é guardado (p.ex.: UGP).  Diretório onde o arquivo eletrônico é guardado. | Forma de guardar o registro (pasta, caixa, diretório eletrônico).  Forma de recuperação (back-up).  Definição da ordem em que os registros são guardados, para facilitar a recuperação. | Tempo em que o registro será guardado. | Destino do registro após o tempo de retenção. |

Cada área participante do Sistema UGP e empresa de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras e Construtora controla os registros de sua responsabilidade conforme os parâmetros especificados em cada documento, de forma a garantir a sua proteção contra alterações indevidas.

* 1. **Controle de Arquivos Eletrônicos**

Todos os arquivos eletrônicos do SGA serão armazenados em um servidor de dados definido pela UGP.

1. **CONTROLE DE REGISTROS**

A forma de controle dos registros do SGA gerados pelas atividades deste Procedimento á apresentada no Quadro No 2.

**Quadro No 2: Forma de controle dos registros do SGA.**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO** | **LOCAL DO ARQUIVO** | **TIPO DE RECUPERAÇÃO DO ARQUIVO** | **TEMPO DE RETENÇÃO** | **DESCARTE** |
| Documentos e formulários assinados pela UGP. | Sala da UGP | Pasta e versão eletrônica com back-up | Até a próxima atualização | Lixo ou  Arquivo morto |
| F.G.01 – Controle de Registros, Formulários e Modelos Correlatos. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Revisão deste Procedimento** | **APROVAÇÃO:**  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** |
| UGP |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PRODECIMENTO GERAL** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **NÃO CONFORMIDADE, AÇÃO CORRETIVA**  **E AÇÃO PREVENTIVA** | **P.G.02** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

1. **OBJETIVO**

O objetivo deste procedimento é descrever como o Programa de Requalificação Urbana da orla Noroeste de Vitoria planeja e incrementa a melhoria contínua dos programas e atividades que compões o SGA, bem como controla e elimina as não-conformidades observadas nas fases de implantação das obras.

1. **RESPONSÁVEIS**

* UGP, empresas projetistas, consultorias de apoio ao gerenciamento e empresa de apoio a supervisão de obras.

1. **PROCEDIMENTOS**

A UGP deverá atuar de forma que a melhoria contínua, um dos principais objetivos do SGA, seja implementada em todos os níveis e processos do Programa.

A política de gestão socioambiental do Programa, os objetivos, as metas, os resultados das inspeções ambientais, a análise dos dados, as ações preventivas e corretivas e a análise crítica da UGP serão os principais meios utilizados para a implementação dessa melhoria contínua.

Na fase de implantação das obras e demais atividades do Programa, deverá ser preenchido, para cada ocorrência de dano ambiental (p.ex.: focos de erosão, derramamento de óleo, danos à fauna e flora etc.)o F.G.04 – Formulário de Não-conformidade.[[1]](#footnote-1)

Semanalmente, a empresa Construtora deve verificar as ocorrências apontadas no Diário de Obras ou não conformidades, analisando as possíveis causas, a gravidade e a abrangência, para a adoção das medidas corretivas, preventivas e imediatas necessárias.

Por outro lado, eventuais desvios no SGA podem ser detectados a qualquer momento pelaUGP e pelas Empresas Projetista, consultorias de apoio ao gerenciamento e empresas de apoio a supervisão de obras, principalmente por meio das seguintes ações:

* Não conformidades detectadas durante as Inspeções Ambientais;
* Não conformidades detectadas durante a medição e monitoramento dos processos e atividades;
* Reclamações da comunidade direta e indiretamente afetadas com o Programa;
* Resultados da análise dos dados dos programas socioambientais, procedimentos de monitoramento etc.;
* Não atendimento da legislação ambiental e trabalhista e das políticas socioambientais do BID;
* Não cumprimento dos programas de gestão e procedimentos que compõem o SGA; e
* Ineficácia de um controle ou sistema.

Ao detectar que um desvio tem uma alta incidência de ocorrência ou, ainda, em função da sua gravidade, os responsáveis da UGP e das Empresas Projetista, consultorias de apoio ao gerenciamento e empresas de apoio a supervisão de obras, devem abrir um **Plano de Ação de Melhoria** - PAM, encaminhando-o por e-mail a todos os participantes do SGA. Neste Plano, os problemas devem ser claramente descritos, assim como a análise das suas causas e dos seus efeitos e a sua abrangência.

O PAM, que também deve conter o planejamento detalhado das ações que deverão ser implementadas, bem como os meios necessários e as responsabilidades, é analisado pela UGP no que se refere à sua necessidade e a proposta de ação, com uma visão sistêmica, podendo complementá-la, modificá-la e aprová-la ou não.

A UGP deve acompanhar constantemente os PAM´s pendentes, verificando junto aos respectivos responsáveis o andamento da implementação das ações assim como as suas eficácias. Caso as ações não venham demonstrando a eficácia necessária, o processo deve ser reiniciado com a abertura de um novo PAM, para o reestudar do assunto.

As Não Conformidades apontadas nos Relatórios de Inspeção Ambiental e no F.G.04 - Formulário de Não-conformidade devem ser corrigidas e eliminadas.

1. **FORMULÁRIOS E MODELOS CORRELATOS**

* PAM – Plano de Ação de Melhoria;
* F.G.04 – Formulário de Não Conformidade.

1. **CONTROLE DE REGISTROS**

A forma de controle dos registros do SGA gerados pelas atividades deste Procedimento é apresentada a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO** | **LOCAL DO ARQUIVO** | **TIPO DE RECUPERAÇÃO DO ARQUIVO** | **TEMPO DE RETENÇÃO** | **DESCARTE** |
| F.G.04 – Formulário de Não-conformidade. | UGP | Pasta e versão eletrônica com back-up | Até o final da obra | Apagar |
| PAM – Plano de Ação de Melhoria | Permanente | \_ |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| |  |  | | --- | --- | | **Revisão deste Procedimento** | **APROVAÇÃO:**  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** | | UGP | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PRODECIMENTO GERAL** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **PLANO DE AÇÃO DE MELHORIA** | **P.G.03** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

1. **OBJETIVO**

O objetivo deste procedimento é o estabelecimento de diretrizes para a elaboração do Plano de Ação de Melhoria – PAM, visando à qualidade socioambiental do Programa de Requalificação Urbana da orla Noroeste de Vitoria.

1. **RESPONSÁVEIS**

* UGP e Empresas Projetista, consultorias de apoio ao gerenciamento e empresas de apoio a supervisão de obras.

1. **PROCEDIMENTOS**

**3.1. Considerações**

O PAM é um instrumento de gestão que deve ser adotado principalmente quando se detecta que um desvio tem uma alta incidência de ocorrência e, ainda, em decorrência da gravidade desse desvio.

O PAM só deve ser adotado após uma análise criteriosa da Não Conformidade. Deve descrever as ações de forma simples e direta, para evitar diferentes interpretações. Cabe aos responsáveis da UGP e das Empresas Projetista e de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras abrir o PAM e distribuí-lo a todos os participantes do SGA por e-mail.

Especificamente, o PAM deve ser aberto quando for observado:

* incidência de eventos que possam comprometer a qualidade socioambiental do PROGRAMA e o próprio SGA;
* ocorrência de grave que não tem tratamento específico em um Plano de Emergência;
* ocorrência de Não Conformidade grave ou observação sem procedimento de controle específico, detectada durante a Inspeção Ambiental; e
* incidências de não atendimento aos procedimentos, formulários e demais documentos do SGA.

A abertura de um PAM pode ser recomendada aos supervisores e gerentes da UGP e das Empresas Projetista e de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras por qualquer técnico ou fiscal participante do SGA ou diretamente envolvido com as obras do Programa.

**3.2.A Abertura de um PAM**

A abertura de um PAM, que deve ser antecedida de uma comunicação ao Coordenador Executivo da UGP, consiste do preenchimento doF.G.06 – Plano de Ação de Melhoria – PAM, conforme segue:

a) Na primeira linha do PAM, além do seu número e do nome do responsável pela sua abertura, deve ser anotado o tipo de ação, considerando os seguintes conceitos:

* *ações imediatas*: devem ser providenciadas imediatamente após a Não Conformidade ter sido detectada, visando a eliminação do seu efeito e o controle das atividades não conformes;
* *ações corretivas*: providenciadas para tratar a causa da Não Conformidade apontada. A ação corretiva deve ser tomada quando Não Conformidades de mesma natureza ocorrem de forma repetitiva, caracterizando-se como crônicas e que, se não forem adotadas ações corretivas, voltarão a ocorrer; e
* *ações preventivas e de melhorias*: providenciadas para evitar que uma Não Conformidade em potencial venha a ocorrer ou para melhorar um processo (mesmo quando não há Não Conformidade, nem a possibilidade de sua ocorrência).

b) Na linha Envolvidos devem ser selecionados os grupos responsáveis pela análise da ocorrência da Não Conformidade.

c) No campo Descrição da Não Conformidade/Proposta de melhoria devem ser colocados o local e a obra onde a Não Conformidade foi observada ou onde uma melhoria será proposta e, em seguida, a descrição da Não Conformidade ou da proposta, de forma simples e objetiva para a evitar falhas de interpretação.

d) No campo Estudo Detalhado/Proposta de melhoria o responsável pela abertura do PAM deverá analisar e descrever as possíveis causas da Não Conformidade. No caso de uma proposta de melhoria, devem ser os motivos e benefícios.

e) No campo Detalhamento das ações o responsável pela abertura do PAM deverá apresentar os seguintes itens:

* o que fazer - objetivos;
* como fazer; e
* recursos (humanos, técnicos, equipamentos e financeiros).

f) Se o PAM possuir diversas ações, deverá ser atribuído um responsável para cada uma.

g) O prazo para a execução de uma ação deve ser apontado pelo responsável pela abertura do PAM no campo Data Limite.

h) Depois de concluído o PAM deve ser encaminhado por e-mail à Coordenação Executiva da UGP que analisará se as ações, os responsáveis e os prazos são adequados para solucionar a Não Conformidade. Caso contrário, a UGP poderá modificar qualquer campo preenchido para adequar o PAM às necessidades do SGA.

1. A UGP, em conjunto com os responsáveis pelo preenchimento do PAM deverá planejar, executar, verificar e acompanhar as ações propostas.

j) Após a aprovação do PAM pela UGP, todos os envolvidos serão avisados por e-mail para iniciar as ações de suas responsabilidades. Os responsáveis também poderão ser imediatamente avisados por outro meio de comunicação (telefone ou pessoalmente).

k) Na Data Limite estabelecida para a execução das ações proposta, a UGP deverá responder se a ações foram eficazes e apresentar as justificativas.

l) Quando a ação foi concluída, a UGP deverá datar e assinar o item Data da realização da ação.

m) Caso as ações não demonstrem a eficácia esperada no prazo determinado, a UGP deverá abrir um novo PAM.

1. **FORMULÁRIOS E MODELOS CORRELATOS**

* F.G.04 – Formulário de Não Conformidade.
* F.G.06 – Formulário do Plano de Ação de Melhoria.

1. **CONTROLE DE REGISTROS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO** | **LOCAL DO ARQUIVO** | **TIPO DE RECUPERAÇÃO DO ARQUIVO** | **TEMPO DE RETENÇÃO** | **DESCARTE** |
| F.G.04 – Formulário de Não-conformidade. | UGP | Pasta e versão eletrônica com back-up | Até o final da obra | Apagar |
| G.G.06 – PAM - Plano de Ação de Melhoria | Permanente | \_ |

|  |  |
| --- | --- |
| **Revisão deste Procedimento** | **APROVAÇÃO:**  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** |
| UGP |

**III. FORMULÁRIOS GERAIS**

Os Formulários Gerais apresentados a seguir foram estabelecidos como fichas de campo destinadas ao controle ambiental das atividades das obras das unidades de saúde.

São identificados pela sigla F.G.No (Formulário Geral No).

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **FORMULÁRIOGERAL** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **CONTROLE DE REGISTROS, FORMULÁRIOS**  **E MODELOS CORRELATOS** | **F.G.01** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

**DATA DA ANÁLISE: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DOCUMENTO** | **RESPONSABILIDADE** | **QUANDO OCORRE** | **DATAS DE ANÁLISE** | | **PRAZO (DIAS)** | **COMENTÁRIO** |
| **ÚLTIMA** | **PRÓXIMA** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **FORMULÁRIOGERAL** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **ATA DE REUNIÃO** | **F.G.02** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PARTICIPANTES** | | | |
| **No.** | **NOME** | **EMPRESA** | **EMAIL** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ASSUNTO** | **RESPONSABILIDADE** | **CONCLUSÃO** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **FORMULÁRIOGERAL** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **LISTA DE PRESENÇA** | **F.G.03** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **TREINAMENTO/REUNIÃO** | **INSTRUTOR:** | **DATA DE REALIZAÇÃO:** | **VISTO:** |

|  |
| --- |
| PARTICIPANTES |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **NOME** | **EMPRESA** | | **FUNÇÃO** | | | |
|  |  | |  | | | |
|  |  | |  | | | |
|  |  | |  | | | |
|  |  | |  | | | |
|  |  | |  | | | |
|  |  | |  | | | |
|  |  | |  | | | |
|  |  | |  | | | |
|  |  | |  | | | |
|  |  | |  | | | |
|  |  | |  | | | |
|  |  | |  | | | |
|  |  | |  | | | |
| **FORMULÁRIO GERAL** | | | **IDENTIFICAÇÃO** | | **VERSÃO** | **DATA** |
| **FORMULÁRIO DE NÃO CONFORMIDADE** | | | **F.G.04** | | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **OBRA/ATIVIDADE:** | | **RESPONSÁVEL PELA INSPEÇÃO:** | |
| **Nº** | **FRENTE DE SERVIÇO:** | | |
| **ITEM** | **EVENTO** | **PROVIDÊNCIAS** | **RESPONSÁVEL** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **CUMPRIMENTO DA NÃO CONFORMIDADE** | | | |
| **ITEM** | **METODOLOGIA APLICADA** | **DATA DA CORREÇÃO** | |
|  |  |  | |
|  |  |  | |
|  |  |  | |
|  |  |  | |

**Responsável pela Inspeção: Assinatura**: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **FORMULÁRIOGERAL** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **RELATÓRIO DE INSPEÇÃO AMBIENTAL** | **F.G.05** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

1. **CONSIDERAÇÕES**

Este formulário deve ser utilizado pelos especialistas em meio ambiente da UGP e da consultoria contratada para o apoio ao gerenciamento e supervisão das obras.

1. **OBJETIVOS E ESCOPO DA INSPEÇÃO AMBIENTAL**

* Inspeção Ambiental das obras, dos serviços, dos documentos do SGA e do processo de licenciamento ambiental do Programa de Requalificação Urbana na orla Noroeste de Vitoria;
* Apresentação dos objetivos gerais e específicos da Inspeção Ambiental;
* Apresentação do escopo da Inspeção Ambiental, considerando os aspectos relativos ao período, documentos analisados, locais da Inspeção e nome dos técnicos das UGP e das empresas de apoio ao gerenciamento e supervisão das obras e construtora.

1. **DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS OBSERVADAS**

Neste item devem ser descritas as Não Conformidades com relação ao Sistema de Gestão Ambiental (SGA), destacando-se o cumprimento dos seus procedimentos e dos programas do PGAS e PCAO, o atendimento da legislação, os danos ambientais e problemas causados à comunidade pela implantação das obras, a qualidade ambiental das obras, a saúde e segurança dos trabalhadores etc.

1. **OBSERVAÇÕES A SEREM CONSIDERADAS**

Neste item devem ser apresentadas as observações decorrentes da Inspeção Ambiental que não se incluem como as Não Conformidades do item anterior. São observações relativas ao aprimoramento do SGA, à correção ou ampliação do Quadro de Impactos do Programa, aos equívocos observados na utilização dos formulários do SGA, aos pontos fortes e fracos do Programa, ao pessoal envolvido etc.

1. **RECOMENDAÇÕES**

Apresentação das recomendações relativas ao aprimoramento do SGA e correção dos problemas observados, além de sugestões de planos de melhoria.

1. **CONCLUSÕES**

Conclusão sobre a implementação do SGA, os apontamentos realizados e os pontos fortes e fracos observados durante a Inspeção Ambiental.

|  |
| --- |
| Nome do Inspetor Ambiental:  Assinatura:  Data: |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **FORMULÁRIOGERAL** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **PLANO DE MELHORIA** | **F.G.06** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |
| **APLICÁVEL A TODOS OS PROGRAMAS DO RAAS** | | | |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **No.** | **Tipo de ação:** | **\_\_\_\_ Imediata**  **\_\_\_\_ Corretiva**  **\_\_\_\_ Preventiva e Melhoria** | | **Responsável pela abertura:** | |
| **Envolvidos:** | \_\_\_UGP ou Consultoria de Apoio ao Gerenciamento e Supervisão de Obras. | | | | |
| **Descrição da Não Conformidade/Proposta de melhoria:** | | | | | |
| **Estudo Detalhado/Proposta de melhoria:** | | | | | |
| **Detalhamento das ações:** | | | | | **Responsáveis:** |
| **Data Limite:** |
| **Data do preenchimento:** | | | **Assinatura:** | | |
| **Data da realização da ação:** | | | | | |

**IV. PROCEDIMENTOS DA FASE DE IMPLANTAÇÃO**

A implantação das obras do Programa estará a cargo das empresas construtoras contratadas, selecionadas com base nas suas capacidades em atender os requisitos de qualidade de obra e conservação do meio ambiente, apresentados detalhadamente no edital de licitação e no contrato de construção.

Para garantir o controle dos processos durante a execução das obras, foram estabelecidos os procedimentos identificados como Procedimentos de Obras (P.O.No)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PRODECIMENTO DE OBRA** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Obra** | **P.O.01** |  | **\_\_/\_\_/2018** |

1. **OBJETIVOS E METAS**

Definir os processos para o planejamento e a execução das obras, visando o gerenciamento de todas as interfaces com as questões socioambientais, o atendimento da legislação ambiental e das exigências das licenças ambientais e, consequentemente, a garantia da qualidade ambiental do Programa de Requalificação Urbana da orla Noroeste de Vitoria.

**2. RESPONSÁVEIS**

* UGP – Unidade Gestão do Programa, e Consultorias de apoio ao gerenciamento.

**3. PROCEDIMENTOS**

. Estes documentos apresentam cláusulas e procedimentos que estabelecem claramente as condições e diretrizes técnicas para a execução das obras com controle e qualidade ambiental.

Para o cumprimento dessas diretrizes deverão ser consideradas as especificidades de cada obra e o levantamento dos aspectos ambientais do SGA, com o objetivo de prevenir, evitar ou mitigar os possíveis impactos.

A empresa Construtora contratada deve fazer um planejamento detalhado das atividades da obra, contemplando principalmente: i) o cronograma de atividades; ii) o programa e os métodos de intervenção nas frentes de obra, considerando os procedimentos do P.O.03 – Plano Ambiental da Construção; iii) o estudo das interferências entre instalações; eiv) a interferência das obras com a infraestrutura e a comunidade locais.

A empresa Construtora deverá contratar um especialista em meio ambiente, que deverá permanecer na obra em tempo integral. Este especialista técnico também deverá ser o representante da Construtora no SGA. No que se refere às questões socioambientais das obras do Programa de Requalificação Urbana da orla Noroeste de Vitoria, são obrigações da empresa construtora:

* fornecer e manter no canteiro o “Diário de Obras”, disponível para os lançamentos feitos pela fiscalização e os especialistas em meio ambiente da UGP e empresa de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras, que deverão registrar obrigatoriamente o que segue:
  + as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos serviços;
  + as folhas de serviço;
  + as consultas à fiscalização e aos especialistas em meio ambiente da UGP e empresa de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras;
  + o andamento das obras e das atividades socioambientais relacionadas;
  + as datas de conclusão das etapas, de acordo com o cronograma aprovado;
  + as não-conformidades relativas ao controle ambiental da obra, apontadas pelos especialistas em meio ambiente da UGP e empresa de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras;
  + os acidentes ocorridos durante a jornada de trabalho;
  + as respostas das anotações da fiscalização e dos especialistas em meio ambiente participantes do SGA, referentes às questões socioambientais envolvidas; e
  + outros fatores que, a juízo da empresa Construtora, devam ser objeto de registro.
  + responder por todos os ônus, encargos e obrigações decorrentes de danos ao meio ambiente e do não cumprimento das exigências das licença ambientais e da legislação ambiental e trabalhista;
  + apresentação da Licença de Instalação (LI) e demais autorizações para o início das obras ou de atividades ambientais específicas, como instalação do canteiro de obras, supressão de vegetação, exploração de áreas de empréstimo, lançamento de bota-foras etc.;
  + afixação das licenças ambientais em local visível e de fácil acesso;
  + apresentação do Plano de Controle Ambiental da Obra (PCAO), a ser aprovado pela UGP e pelo BID, antes do início das obras, contemplando os documentos listados abaixo:
* Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos;
  + Plano de Gestão da Qualidade do Ar;
  + Plano de Gestão das Águas Superficiais;
  + Programa de Gestão de Áreas contaminadas;
  + Medidas de Sinalização das Obras;
  + Plano de Emergência Ambiental;
  + Programa de Treinamento Ambiental da Mão-de-Obra da Construção;
  + Programa de Treinamento em Saúde e Segurança do Trabalho;
  + Código de Conduta dos Trabalhadores da Obra;
  + Plano de Encerramento das Obras.
* Adequação dos procedimentos de execução das obras visando a atendimento integral de todos os procedimentos de controle ambiental deste SGA pertinentes;
* priorizar o uso de Materiais Reciclados de Resíduos da Construção Civil (RCC), desde que não comprometa a qualidade estrutural da obra e atenda as normas relativas ao assunto;
* priorizar o uso de material de construção civil produzido ou disponível na região;
* adquirir material mineral (pedra, areia e argila) de mineradoras devidamente licenciadas e que implementam, comprovadamente, plano de controle ambiental da atividade;
* utilizar madeira certificada;
* priorizar a contratação de mão de obra local; e
* subscrição o Termo de Responsabilidade Anexo a este Procedimento.

1. **INSPEÇÃO AMBIENTAL**

A Inspeção Ambiental das obras do Programa deverá ser semanal e realizada pelos especialistas em meio ambiente da UGP e, ou, consultora contratada para o apoio ao gerenciamento e supervisão de obras, com a participação do técnico em meio ambiente da empresa construtora, com o objetivo de verificar a conformidade da implantação das obras com as exigências do PGAS do Programa e dos procedimentos do SGA relacionados e avaliar, tecnicamente, a implementação Plano de Controle Ambiental da Obra (PCAO).

Toda Inspeção Ambiental deve ser objeto de uma reunião de encerramento, com a participação dos representantes da UGP e empresas de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras e construtora, na qual serão discutidos os pontos levantados na inspeção. O relatório da Inspeção Ambiental, bem como a ata da reunião de encerramento, devem ser enviados ao Coordenador da UGP, com a indicação das providências que deverão ser tomadas para melhorias.

Caberá ao especialista em meio ambiente da UGP e, ou, consultora contratada para o apoio ao gerenciamento e supervisão de obras, ao final da reunião de encerramento da Inspeção Ambiental, tomar as devidas as providências para a correção das não-conformidades apontadas e, se pertinente, propor a abertura de um Plano de Ação e Melhoria (PAM), identificado no âmbito do SGA pela sigla P.G.03.

A Inspeção Ambiental, por envolver um processo de consultoria participativa, não deve ser classificado como auditoria do SGA nos moldes definidos pela ISO 14000, uma vez que esta determina que os auditores atuem de forma imparcial.

A Inspeção Ambiental deverá contemplar as seguintes atividades específicas:

* avaliação das atividades das equipes ambientais e de segurança do trabalho da empresa construtora;
* aprovar e revisão do planejamento ambiental das obras, por meio de reuniões periódicas com os especialistas em meio ambiente da UGP e empresas de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras e construtora;
* acompanhar e inspecionar da as obras em todos os seus aspectos, inclusive com relação ao cumprimento das exigências dos órgãos ambientais, às licenças e autorizações ambientais e às políticas socioambientais do BID;
* propor ações e procedimentos para evitar e mitigar impactos socioambientais;
* acompanhar o cumprimento dos procedimentos do SGA e realizar reuniões com todos os participantes do SGA sobre eventuais alterações nos procedimentos e solução de pendências e correção de não conformidades;
* inspecionar, periodicamente e sem aviso prévio, as obras do Programa, avaliando a sua adequação aos programas do PGAS e aos procedimentos do SGA, solicitando os ajustes necessários a apontando as não conformidades observadas;
* indicar as ações e os procedimentos para evitar, mitigar ou controlar impactos socioambientais;
* apontar não conformidades com os procedimentos do SGA, a legislação e as condicionantes das licenças ambientais;
* apontar as não-conformidades no Diário de Obras; e
* analisar a necessidade e propor a paralisação da obra no caso de ações que promovam impactos socioambientais significativos ou de apontamento sistemático de não conformidades, de modo a possibilitar a adoção, em tempo hábil, de medidas corretivas. Neste caso, deve ser elaborado um relatório sintético à UGP especificando as questões envolvidas e justificando a proposição da paralisação.

**5.PROCEDIMENTOS E FORMULÁRIOS CORRELATOS**

P.01- Programa de Planejamento e Gerenciamento Ambiental

P.02 -Programa de Controle Ambiental de Obras

P.03 -Programa de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho

P.04- Programa de Supervisão Ambiental da Construção

P.05 -Programa de Remediação do Terreno do Centro de Cooperação da Cidade

P.06 -Programa de Comunicação Social

P.07 -Programa de Educação Ambiental e Sanitária

P.08 -Programa de Proteção e Recuperação da Vegetação de Mangue nas Áreas Afetadas P.09- Programa de Apoio a Atividades Produtivas da Orla Noroeste

**6.CONTROLE DE REGISTROS**

Os registros gerados pelas atividades deste procedimento poderão ser controlados conforme segue:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO** | **LOCAL DO ARQUIVO** | **TIPO E RECUPERAÇÃO DO ARQUIVO** | **TEMPO DE RETENÇÃO** | **DESCARTE** |
| F.G.02 – Ata de Reunião;  F.G.04 – Formulário de Não Conformidade;  F.G.05 – Relatório de Inspeção Ambiental;  F.G.05 – Plano de Melhoria. | UGP | Arquivo Eletrônico – backup. | Até o final das obras. | Apagar |

|  |  |
| --- | --- |
| **Revisão deste Procedimento** | **APROVAÇÃO:**  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** |
| UGP |

**ANEXO**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL – TRA**

CONTRATANTE: Programa de Requalificação Urbana na orla Noroeste de Vitoria

CONSTRUTORA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Obra/Contrato: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Responsável Técnico: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, a empresa, ora denominada CONSTRUTORA, torna-se responsável nos seguintes termos:

1. A CONSTRUTORA manterá permanentemente disponíveis nas frentes de obra, equipamentos e dispositivos para o combate de eventuaisdanos ambientais, tais como vazamento de combustíveis, produtos químicos, esgoto, concreto ou asfalto para corpos hídricos, sistemas de drenagem pluvial e áreas remanescentes, ou qualquer outro acidente ambiental decorrente da execução das obras.
2. Os equipamentos e dispositivos mínimos que serão disponibilizados pela CONSTRUTORA, sem prejuízo de outros exigidos por imposição legal são: caminhão pipa, com capacidade mínima de 10m3; extintores (espuma, dióxido de carbono, químico seco e/ou água pressurizada), em quantidade compatível com as características das instalações a proteger; material absorvente, nos locais de armazenagem de combustíveis de produtos químicos; caminhão basculante; e pá carregadeira.
3. Em caso de acidentes ambientais, a CONSTRUTORA se compromete a avisar imediatamente a Unidade Gerenciadora do Programa (UGP), o BID e os órgãos públicos competentes, inclusive osdo meio ambiente, bem como adotar os procedimentos do Plano de Emergência, mantendo-o sempre atualizado.
4. Em caso de acidente ambiental aCONSTRUTORApoderá ser responsabilizada, conforme o artigo 225, §3º da Constituição Federal, pelos possíveis danos ao meio ambiente e à população, nas esferas cível, criminal e/ou administrativa, nos termos da legislação correspondente (Lei 9.065/97 – Lei de Crimes Ambientais e Decreto-Lei 6.514/08 – Infrações e Sanções Administrativas), bem como acionada para mitigar ou compensaros danos promovidos e evitar a ocorrência de novos.

Vitoria, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Responsável

UGP

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante da Construtora

Nome:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Responsável Técnico da Construtora

Nome:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PRODECIMENTO DE OBRA** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **Plano Controle Ambiental de Obras** | **P.O.02** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

1. **OBJETIVOS E METAS**

O Programa de Controle Ambiental de Obras tem por objetivo fornecer os elementos técnicos para a execução dos serviços com o menor impacto ambiental possível e dar força contratual a todas as exigências relativas à mitigação do impacto ambiental e/ou à sua remediação nos casos de impactos que ocorram apesar da mitigação. Considerando especificidades de cada intervenção, as medidas se aplicam a todas as obras do Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã de Vitória.

Essas medidas devem ser executadas pelas empresas construtoras para prevenção e mitigação dos impactos.

**2. RESPONSÁVEIS**

* Construtora e Supervisora .

**3.PROCEDIMENTOS**

Sinalização de Obra

A sinalização da obra deverá ser cuidadosamente planejada para cada etapa dos serviços, incluindo sinalização de advertência, delimitação de áreas de restrição, indicação de eixos de circulação de embarcações, veículos e equipamentos, sinalização de tráfego, sinalização de orientação/identificação de instalações e outros aspectos pertinentes. As exigências de sinalização são caracterizadas de quatro formas:

* Sinalização de área de restrição/vigilância patrimonial;
* Sinalização de obra (placa da obra, segurança do trabalho e indicação de direção);
* Sinalização de interferência com tráfego externo;
* Marcações ambientais de frente de obra.

A sinalização em áreas externas à obra, mas com potencial para conflitos com pedestres, veículos de tração animal, equipamentos agrícolas e ciclistas também deve ser cuidadosamente verificada e planejada. A equipe de supervisão e monitoramento ambiental irá avaliar a sinalização de interferência com tráfego de hidrovias, rodovias e avenidas. A avaliação terá como base o resultado da sinalização adotada em termos de manutenção da segurança.

As marcações ambientais devem ser posicionadas ao longo dos limites das Áreas de Preservação Permanente. A marcação pode constituir-se de estacas pintadas com cores diferentes das demais utilizadas na obra, fitas zebradas, cercas de arame ou plásticas e placas de advertência com os dizeres:

* “Não Ultrapasse – Área de Preservação Permanente”;
* “Proibido depositar material além deste limite”;
* “Não Faça Fogueira”;
* e outras julgadas pertinentes.

É importante dispor ao longo de toda a obra, mas principalmente ao lado das obras de arte, de placas educativas com os dizeres:

* “Proibido jogar lixo e entulho”;
* “Utilize os sanitários”;
* “Não Faça Fogueira”;
* “Não moleste a fauna”;

e outras julgadas pertinentes

Controle da suspensão de poeira

O aumento da poeira em suspensão decorre das atividades construtivas e da circulação de veículos nos acessos não pavimentados ou mesmo pavimentados, como as vias secundárias de acesso aos locais de intervenção. Se necessário, as construtoras devem efetuar o umedecimento periódico durante os meses ou períodos sem precipitação pluviométrica.

Medidas adicionais como o estabelecimento de limites de velocidade poderão também ser necessárias para a minimização dos efeitos da suspensão de poeira decorrente da movimentação de veículos em

vias de acesso.

Gerenciamento de resíduos sólidos

Para o gerenciamento dos resíduos nos canteiros e frentes de obra são recomendados os procedimentos apresentados a seguir.

* Acondicionamento inicial dos resíduos deve ocorrer o mais próximo possível dos locais de sua geração, sendo o tratamento realizado de acordo com a Tabela de Tratamento de Resíduos (Tabela 1). A frequência da coleta é determinada pela quantidade dos resíduos, de forma a impedir o seu acúmulo e o comprometimento da sua segregação e posterior destinação e dos demais serviços na obra.
* Acondicionamento final e acondicionamento dos resíduos são apresentadas na Tabela de Tratamento de Resíduos (Tabela 1). No acondicionamento dos resíduos os seguintes aspectos devem ser considerados: i) volume; ii) facilidade de coleta; iii) segurança dos trabalhadores e da comunidade; e iv) preservação da qualidade dos resíduos nas condições necessárias para sua destinação ou reutilização.
* A destinação dos resíduos deve ser indicada pela empresa Construtora e aprovada pela UGP. O local deverá ser selecionado considerando os seguintes fatores: (i) qualidade ambiental do local da destinação; (ii) viabilidade econômica (custo de transporte e possibilidade de valorização dos resíduos); (iii) possibilidade de utilização dos resíduos nas áreas de influência das obras.

A destinação dos resíduos pode ser realizada por empresa terceirizada, desde que credenciada na Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMAM) e aprovada pela UGP, que deve acompanhar, mensalmente, se a empresa Construtora ou terceirizada contratada para os serviços estão dando aos resíduos a destinação e disposição adequadas. Os resíduos devem ser acompanhados até sua destinação final por meio de licenças e comprovantes de recebimento. Para este acompanhamento torna-se necessário a utilização dos formulários F.O.01 - Cadastro de Destinatários de Resíduos e F.O.02 - Controle de Remoção de Resíduos*.*

**Tabela 1 - Tratamento de Resíduos**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **TIPOS DE RESÍDUOS** | **ACONDICIONAMENTO INICIAL** | **ACONDICIONAMENTO FINAL** | **DESTINAÇÃO** |
| **Solos** | * Segregar em leiras, de no máximo 1,5m de altura, o solo argiloso separado do solo fértil (solo orgânico), para possível utilização na própria obra e na recuperação de áreas degradadas. | * Em leiras, de no máximo 1,5m de altura, nas proximidades do local de reuso. * Na caçamba dos caminhões que retiram o material. | * Reuso no próprio empreendimento; * Aterro de resíduos de construção, demolição e inertes licenciados; * Aterros de outros locais; e * Áreas degradadas em processo de recuperação (solo orgânico). |
| **Vegetação** | * Em pilhas, formada no local da geração do resíduo. | \_ | * Aterro de resíduos de construção, demolição e inertes, devidamente licenciados; e * Áreas de transbordo e triagem para lenha, cadastrada na UGP. |
| **Blocos de concreto, tijolos, argamassa, concreto, ladrilhos e demais produtos qualificados pela CONAMA 307/2002** | * Em pilhas, formada no local da geração do resíduo. | * Em caçambas estacionárias; * Na caçamba dos caminhões que fazem a retirada do material. | * Aterro de resíduos de construção, demolição e inertes, devidamente licenciados; * Áreas de transbordo e triagem, cadastrada na UGP. |
| **Madeira** | * Em pilhas, formada no local da geração do resíduo. | * Em baias ou caçambas estacionárias. | * Áreas de transbordo e triagem, cadastrada na UGP; * Local do reuso pelo antigo proprietário da residência demolida; * Empresas e cooperativas que utilizam a madeira para reuso ou como combustível; e * Aterro sanitário. |
| **Serragem** | * Em recipientes identificados (tambor ou caixote), localizados no local de geração (carpintaria). | \_ | * Reutilização dos resíduos nos derramamentos de óleo para absorção e secagem; e * Aterro sanitário. |
| **Plásticos (embalagens e restos de tubulações).** | * Recipientes específicos e sinalizados, localizados no local de geração. | * Em baias ou caçambas sinalizadas. | * Cooperativas, empresas ou associações que coletam, separam, enfardam comercializam e reciclam aparas plásticas. |
| **Papel e papelão** | * Recipientes específicos e sinalizados localizados próximos ao local de geração. | * Em baias ou caçambas sinalizadas. | * Cooperativas, empresas ou associações que coletam, separam, enfadam, comercializam e reciclam papéis e papelões. |
| **Metais (ferro, aço, fiação, arames, perfis etc.)** | * Recipientes específicos e sinalizados localizados próximos ao local de geração; * As peças grandes são empilhadas próximas ao local de geração. | * Em baias ou caçambas sinalizadas. | * Cooperativas, empresas ou associações que coletam, comercializam ou reciclam resíduos metálicos. |
| **Restos de alimentos e suas embalagens e papéis sujos (refeitório, sanitários etc.)** | * Cestos de lixo (saco plástico para lixo). | * Sacos plásticos contendo os resíduos adequados para a coleta pública; | * Aterro para resíduos domésticos, por meio da coleta pública municipal (esta destinação não precisa ser registrada). |
| **Resíduos perigosos (solos contaminado com esgoto doméstico ou óleos, embalagens ou outro material contaminado com óleo, tinta, asfalto,**  **Impermeabilizantes etc.), pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes.** | * Manuseio de acordo com os cuidados recomendados pelo fabricante; * Imediato transporte pelo usuário para o local de armazenamento final. | * Em recipientes devidamente sinalizados e de uso restrito pelos responsáveis pelo manuseio desses resíduos; * Os resíduos da caixa separadora de óleos e graxas e os decorrentes de derramamentos de óleos devem ser acondicionados em tampados e identificados, armazenados em local destinado para este fim, com solo impermeabilizado, conforme P.O.02 –Plano Ambiental da Construção | * Disposição em aterros específicos para esses tipos de resíduos   (Classe I). |
| **Resíduos provenientes de banheiros químicos** | * No próprio banheiro. | * Não tem. | * O fornecedor do banheiro deve retirar os resíduos por meio de pipas, que encaminham os resíduos para locais licenciados. As licenças deverão ser conferidas pela SSA. |

Controle da supressão de vegetação e limpeza do terreno

O estabelecimento dos procedimentos destinados à adequado controle da supressão vegetal e limpeza do terreno das áreas direta ou indiretamente afetadas decorrentes das obras do Programa de Requalificação Urbana da orla Noroeste de Vitoria. A vegetação suprimida, bem como o material de destoca e da remoção do horizonte orgânico do solo (nos casos em que este for removido) será armazenada em bota-esperas de solo orgânico ou bota-foras da obra. Galhada, folhagens e outros resíduos sem valor comercial poderão ser picotados e armazenados nos bota-esperas para posterior utilização na recuperação de áreas impactadas ou utilizadas como bota-esperas, áreas de empréstimo ou bota-foras.

Espera-se, portanto, que depois de recuperadas essas áreas possam ser utilizadas, de acordo com o planos preestabelecidos para o uso do solo e um meio ambiente mais estável, como:

* Áreas de Empréstimo serão utilizadas para a obtenção de materiais, por meio de escavações no solo com características suficientes para atender às necessidades dos serviços da construção civil.
* Os Bota-fora serão destinados ao recebimento dos materiais excedentes de cortes de terraplenagem, de materiais inservíveis como os solos moles, entulhos resultantes de demolição de construções e obras de arte especiais, materiais resultantes de desmatamento, dragagem, destocamento e limpeza etc.

É recomendável que a Empresa Construtora contate a SEMMAM visando obter orientação, roteiros de procedimentos, modelos e impressos próprios, bem como a documentação exigida no requerimento de licenciamento específico. No caso da inexistência de regulamentações próprias para a condução da regularidade ambiental dessas áreas conforme apresentado (Quadro **No** 1), deverá ser estabelecido, de comum acordo com a SEMMAM, um Termo de Referência para a sua elaboração.

**Quadro No 1 –Recomendações e medidas de controle ambiental**

|  |  |
| --- | --- |
| **Ação** | **Descrição** |
| Área de Empréstimo e Bota-fora | * Essas áreas deverão ser previamente licenciadas pelo órgão ambiental competente, com base no Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD; * Deve ser evitado o uso irregular da área por terceiros, por meio de vigilância e restrição de acesso; * As áreas de empréstimo deverão ser exploradas de acordo com o PRAD e as condicionantes da Licença de Instalação e, mesmo se tratando de propriedade de terceiros, deverão ser objeto de inspeção ambiental em atendimento da Diretriz B-17 da OP-703 do BID; * Nos bota-foras, poderão ser dispostos restos vegetais (basicamente raízes e tocos picados), respeitando-se o limite interno de, pelo menos, 5,0m da área a ser utilizada, de maneira que o material fique totalmente contido no interior do aterro. Será necessário adequar á acomodação do material antes da sua cobertura com terra, para garantir que as cavidades sejam preenchidas para minimizar os riscos de desestabilização do bota-fora; * Deve se evitar a formação de poças de água que propiciam a formação de ambientes favoráveis à proliferação de vetores transmissores de doenças; * A camada de solo orgânico será removida e estocada em local plano, antes da deposição de material no bota-fora, para posterior utilização na recuperação final da área. Essa estocagem poderá ser em pilhas. Caso ocorra carreamento desses solos, deverão der adotadas medidas complementares que incluem a implantação de bacias de retenção a jusante ou a proteção com filme plástico; e * Toda ocorrência de erosões e assoreamentos exigirá ação corretiva imediata. |
| Desmobilização do Canteiro de Obra e Recuperação de Áreas Degradadas. | * Remoção de assoreamentos nos trechos onde houver deposição acentuada de material com comprometimento de áreas remanescentes ou obstrução das drenagens; * Conclusão da limpeza geral de todas as áreas afetadas, inclusive com a remoção de restos de obra, entulho, materiais contaminados, entre outros; * Todos os materiais oriundos das atividades de limpeza e demolição deverão ser encaminhados para locais de deposição final adequado e devidamente licenciado; * A limpeza e desobstrução de valetas, caixas, bueiros e outros, deverá ser executada em todas as frentes de obra; * Recomposição e vegetação das áreas remanescentes; e * Recuperação das vias de acesso |
| Recuperação de vias danificados pelas obras. | * As vias utilizadas pela obra serão devolvidas a normalidade, no mínimo em condições de uso compatível com a sua situação antes do início das obras; * A sinalização de obra será removida, reinstalando-se ou recuperando-se a sinalização normal nos casos pertinentes. |
| No encerramento das atividades, as áreas utilizadas devem apresentar: | * Uma configuração geométrica compatível com a topografia dos terrenos adjacentes, mediante o reafeiçoamento e atenuação dos taludes; * A readequação da drenagem e a recomposição da cobertura vegetal de modo a permitir o tratamento harmônico da mesma com a paisagem circundante; e * Um termo de aceite do proprietário das áreas utilizadas para empréstimo e bota-foras, quando externas à faixa de domínio. |

Controle de erosão e assoreamento

O carreamento de solo será controlado através de dispositivos provisórios de drenagem superficial. As medidas para controle de erosão deverão abranger todos os aspectos relacionados a procedimentos construtivos para a prevenção e controle de processos erosivos nas frentes de obra, áreas de apoio e acessos.

As medidas preventivas serão concretizadas durante a implantação na forma de:

* Implantação de dispositivos de drenagem provisória para disciplinamento do escoamento

das águas pluviais sobre áreas em solo exposto, incluindo bacias de retenção de sedimentos,

diques provisórios, camalhões, cercas-silte, entre outros;

* Implantação dos dispositivos para dissipação do escoamento concentrado;
* Implantação e manutenção de bacias de retenção a jusante das drenagens de maneira a evitar o carreamento de solos, especialmente considerando as áreas de implantação das ensecadeiras e nas áreas de formação da barragem de terra.

Controle de serviços de movimentação de terra em encostas de alta declividade

Trata-se de medida a ser aplicada durante a execução de projetos de contenção ou estabilização de encostas, as quais caracteristicamente possuem pela alta declividade do terreno e solos rasos, apresentam risco de desestabilização por movimentos gravitacionais de massa e/ou rolamento de matacões.

Para estas áreas serão elaborados projetos detalhados de contenção, estabilização, drenagem superficial e drenagem profunda, cuja implantação exigirá intervenções nos terrenos, com risco de instabilização e de consequentes impactos sobre áreas vegetadas, residências e trabalhadores. Embora as intervenções tenham sido projetadas de forma a provocar o menor impacto possível, especialmente evitando a remoção de edificações, faz-se necessário o planejamento e o rígido controle das atividades. Com isso, esperar-se reduzir o risco de eventos não controlados, como por exemplo, deslizamentos de terra, rolamento ou tombamento de blocos e abalroamento, desabamento ou afundamento de construções.

De maneira resumida as atividades previstas são as seguintes:

* Vistoria cautelar: previamente ao início das obras de contenção, as edificações próximas das áreas de intervenção deverão ser vistoriadas, a fim de que sejam verificadas as condições de sua estrutura, sobretudo no que se refere as características da construção e evidências de instabilizações prévias, tais como trincas, rachaduras, afundamentos de piso, inclinação de paredes e outros; também o terreno ao redor deverá ser verificado para identificação dos caminhos preferenciais de escoamento das águas superficiais e em busca de evidências de movimentações de solo e rocha, como por exemplo, blocos rolados, depósitos de tálus, rastejo, árvores, postes e outras estruturas inclinadas. A vistoria deve resultar em laudo e documentação fotográfica. Através da vistoria cautelar deve-se, também, identificar as áreas mais propícias à instabilização do terreno. O planejamento e a execução dos serviços deverão considerar os riscos às edificações. Situações de alto risco aos moradores em razão da situação das encostas e construções ou em decorrência dos serviços de estabilização e contenção previstos deverão ser informadas à UGP.
* Deve-se evitar a execução de corte na qual o equipamento executor encontre-se numa posição inferior a área a ser cortada.
* A inclinação de taludes de corte e saias de aterro será permanentemente verificada. Em nenhum momento durante a movimentação de terra serão admitidas inclinações provisórias maiores que as inclinações finais previstas no projeto executivo.
* Os trechos em corte serão preferencialmente iniciados no ponto mais alto, com rebaixamento progressivo em regime de horizontalização.
* A implantação do sistema de drenagem perimétrico, das descidas d’água provisórias e dissipadores de energia deverá sempre anteceder ao início da escavação.
* Deve ser avaliada permanentemente a necessidade e viabilidade da remoção de moradores e da interrupção de serviços públicos, especialmente, a distribuição de energia elétrica e da circulação de veículos e pessoas. Também deve ser avaliada a pertinência da instalação de paliçadas, redes ou telas de proteção para diminuir o impacto de eventuais movimentações de solo e rocha durante as escavações.
* Sempre que possível, a implantação de forração vegetal nos taludes deve ser priorizada, de maneira a antecipar e promover a proteção superficial das áreas de solo exposto e minimizar os processos erosivos pela ação da água da chuva.
* Cada área beneficiada pelo projeto de contenção de encostas deve dispor de pelo menos m² de lona plástica para proteção das áreas de solo exposto durante eventos chuvosos.
* As obras devem ser monitoradas periodicamente para verificar o bom funcionamento dos sistemas de drenagem superficial e subterrâneo, a movimentação de contenções ou surgimento de feições de erosão.
* Eventual desmonte de rocha/matacões deverá ser preferencialmente efetuado sem uso de explosivos, com avaliação prévia dos riscos de acidentes pelo atingimento de áreas a jusante.

Controle ambiental da operação de veículos e equipamentos

As emissões serão monitoradas visualmente (Escala Ringelmann) e quaisquer veículos que apresentarem excesso de emissões serão tomadas medidas para solucionar o desvio. Tal medida se aplica aos veículos leves, caminhões e também embarcações utilizadas no transporte durante as obras.

Será proibida a utilização de veículos e equipamentos que apresentarem vazamento de óleo. Ao ser identificado um veículo ou equipamento com vazamento, o mesmo deverá ser imediatamente removido e encaminhado para manutenção, ações estas que serão de responsabilidade das empreiteiras devidamente contratadas.

Possíveis danos ou deterioração das vias de acesso públicas ou de propriedades adjacentes de terceiros, causados pelos veículos ou equipamentos de construção, deverão ser tratados através de manutenção das vias, além de uso de um canal de comunicação para atendimento de potenciais reclamações e solicitações.

Controle de ruído

A operação de todo equipamento mecânico utilizado nos serviços de construção dentro e fora da área do empreendimento não poderá provocar ruído desnecessário ou excessivo, e cumprirá com os limites de ruído estabelecidos pelo Projeto e em conformidade com as normas NBR 10.152/87 e NBR 10.151/00.

Os equipamentos, bem como os dispositivos de atenuação acústica, em operação nas instalações dos canteiros de obras serão mantidos em boas condições, para minimizar as emissões de ruído, sendo prevista a utilização de EPIs e controle nas operações dos equipamentos mecânicos utilizados, buscando evitar emissão de ruídos desnecessários ou excessivos nas frentes de obra.

Controle ambiental dos canteiros de obras

O local para a instalação do canteiro de obras e demais instalações provisórias deve ser escolhido de forma a aproveitar as áreas originalmente já degradadas e de fácil acesso para recebimento, transporte e armazenagem de materiais e equipamentos, sem que haja comprometimento da segurança do trabalho, dos equipamentos e da comunidade. Cada área deve seguir as recomendações no Quadro No 2, a seguir.

**Quadro No 2: Recomendações para Implantação e Desmobilização de Canteiros de Obras e instalações provisórias**

|  |  |
| --- | --- |
| **LOCAL** | **RECOMENDAÇÕES** |
| Escritórios da UGP e empresas de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras e construtora. | * Execução em alvenaria, madeira certificada e/ou metal; * Quantidade de aparelhos sanitários adequada ao número de funcionários; * Pinturas claras para permitir maior reflexão e facilitar a limpeza; * Uso de telhas de cerâmica e/ou de material reciclado, sendo proibido o emprego de fibrocimento ou cimento-amianto; * Uso de lâmpadas preferencialmente com maior eficiência energética (p.ex.: Led); * Instalações elétricas adequadas (sem improvisações); * Ventilação natural, para evitar o uso de equipamentos de ar condicionado; * Colocação de forro nos ambientes internos; * instalação de equipamentos de prevenção e combate a incêndios; e * Instalação de fossa séptica e sumidouro para o tratamento do esgoto, em locais sem sistema público saneamento. |
| Vestiários, Refeitório, Ambulatório e Áreas de Vivência. | * Aparelhos sanitários, chuveiros e armários adequada ao número de funcionários; * Instalações hidráulicas e elétricas adequadas (sem improvisações); * Ventilação natural para evitar o uso de equipamentos de ar condicionado; * Recipientes para coleta seletiva de resíduos; * Pinturas claras, preferencialmente branca, para facilitar a limpeza; * Uso de tela tipo mosquiteiro nas janelas e portas externas. |
| Vestiários, Refeitório, Ambulatório e Áreas de Vivência. | * Uso de telhas de cerâmica ou de material reciclado, sendo proibido as de fibrocimento; * Uso de lâmpadas preferencialmente com maior eficiência energética (p.ex.: Led); * Uso de equipamentos mais eficientes com relação ao consumo de água; * Mural informativo para conscientização ambiental; * Instalação de equipamentos de prevenção e combate a incêndios; * Instalação de telas tipo mosquiteiro nas janelas e portas do refeitório; * Refeitório equipado com pias, saboneteiras e toalheiros e mesas com tampo branco para facilitar a higienização; e * Na inexistência de rede de esgoto, prever fossa séptica com sumidouro, dimensionada conforme normas da ABNT. |
| Áreas Externas. | * Baias para separação e armazenamento dos resíduos; * Solo impermeabilizado nas áreas de manutenção de equipamentos e armazenamento de resíduos perigosos; * Sistema de captação de águas pluviais direcionado para caixa separadora de óleo, nas áreas de oficina e lavagem, lubrificação e abastecimento; * Reuso de águas pluviais; * Caixa separadora de óleo com janela para inspeção semanal, para verificar eventual necessidade de limpeza e coleta de resíduos; * Fossa séptica com sumidouro, dimensionada conforme normas da ABNT, em locais não atendida por rede pública de esgoto; * Instalação de equipamentos de prevenção e combate a incêndios; * Sinalização de trânsito; * Áreas para manobra de veículos de grande porte, interna ao canteiro; e * Impermeabilização e instalação de canaletas no entorno da rampa de lavagem e lubrificação, bem como instalação de caixa separadora de óleos e graxas. |
| Áreas de Armazenamento. | * Instalação do tanque de combustível em área impermeabilizada, ventilada e com bacia de contenção de, no mínimo, 1,5 vezes o volume do tanque; * Armazenamento de resíduos perigosos em área cobertas, sinalizadas e com restrição de acesso; * Instalação de equipamentos de prevenção e combate a incêndios; e * Definição de área específica para o armazenamento dos materiais utilizados na obra. |
| Oficina. | * Instalações hidráulicas e elétricas adequadas (sem improvisações); * Uso de lâmpadas preferencialmente com maior eficiência energética (p.ex.: Led); * Uso de telhas de cerâmica ou de material reciclado, sendo proibido as de fibrocimento; * Instalação de canaletas de lubrificação interligadas à caixa separadora do óleo; * Impermeabilização do solo nas áreas de manutenção de equipamentos e de armazenamento de resíduos perigosos; * Captação de águas pluviais do entorno da oficina direcionado à caixa separadora de óleo; * Caixa separadora de óleo com janela de inspeção; * Instalação de equipamentos de prevenção e combate a incêndios; e * Resíduos perigosos armazenados em área coberta, sinalizada e com restrição de acesso. |
| Centrais de Produção. | * Prever dispositivos para conter ruídos; * Proteção do local com telas ou tapumes para evitar o acesso de pessoas não autorizadas; * Instalação de sinalização de segurança; * Instalação de equipamentos de prevenção e combate a incêndios; * Uso de lâmpadas preferencialmente com maior eficiência energética (p.ex.: Led); * Uso de telhas de cerâmica ou de material reciclado, sendo proibido o emprego de fibrocimento ou cimento-amianto. |

A implantação e operação do canteiro de obras deve ser precedida da obtenção das Licenças de Instalação ou autorizações específicas outorgadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMAM). Há que se obter, ainda, as licenças para a instalação de fossas sépticas e tanque de combustível na SEMMAM e no Corpo de Bombeiros.

Ao final da obra, deve ser verificado quais materiais decorrentes da desmobilização do canteiro podem ser reutilizados ou reciclados. Os resíduos que não tiverem outra utilização deverão ser encaminhados aos locais credenciados, conforme previsto no P.O. 04 –Programa de supervisão ambiental da construção .

Monitoramento da qualidade da água

O monitoramento da qualidade da água, além de gerar informações sobre os potenciais efeitos das obras nos recursos hídricos superficiais (rio Santa Maria e canais secundários), possibilitará a geração de base de dados para, eventualmente, uma posterior comparação com o monitoramento da fase de operação.

A localização dos pontos de monitoramento será definida antes do início das obras com base na versão final do projeto executivo e na localização da infraestrutura de apoio às obras, caso do canteiro de obras, áreas de bota-espera, entre outras áreas de apoio. Em todo caso, são previstos pelo menos quatro pontos no rio Santa Maria e nos canais secundários que drenam áreas de mangue ao longo do projeto da Orla Noroeste.

As amostragens devem ter periodicidade trimestral, considerando os seguintes parâmetros:

* temperatura
* pH;
* sólidos totais;
* turbidez;
* nitrogênio total;
* fósforo total;
* DBO;
* DQO;
* OD;
* óleos e graxas;
* coliformes fecais (*E. Coli*)

Os resultados serão avaliados individualmente e de modo integrado, compondo índices de qualidade da água por cada ponto monitorado.

Achados Arqueológicos

Os operários das frentes de obras serão orientados quanto aos procedimentos que devem ser adotados caso encontrem vestígios arqueológicos nas áreas de intervenção, sobretudo quando dos serviços de escavação. No caso de serem identificados vestígios arqueológicos, as atividades serão interrompidas e a área submetida à avaliação de arqueólogo. Se confirmada a ocorrência de material de interesse arqueológico ou histórico deverá enviado ao IPHAN um comunicado informando a localização, tipo e quantidade de vestígios encontrados. Após isso, aguardar-se-á a deliberação e pronunciamento do IPHAN sobre as ações a serem executadas, conforme a legislação vigente.

Responsabilidade Institucional

A responsabilidade pela implementação do PCAO e do subprograma de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho é a construtora que vai ser supervisionada pela Coordenação de Obras subordinada pela UGP. pelo desenvolvimento do Programa é das empresas construtoras envolvidas nas diversas intervenções previstas para o Projeto de Requalificação Urbana da Orla Noroeste.

**4. PROCEDIMENTOS E FORMULÁRIOS CORRELATOS**

* P.O.01 – Planejamento e gerenciamento ambiental da obra
* P.O.02 – Programa de Controle Ambiental de Obras
* P.O.03 –Programa de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho
* P.O.04 –Programa de supervisão ambiental da construção
* P.O.07 –.Programa de Educação Ambiental e Sanitária

**5. CONTROLE DE REGISTROS**

Os registros gerados pelas atividades deste procedimento são controlados conforme segue:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO** | **LOCAL DO ARQUIVO** | **TIPO E RECUPERAÇÃO DO ARQUIVO** | **TEMPO DE RETENÇÃO** | **DESCARTE** |
| F.O.01 – Cadastro de Destinatário de Resíduos.  F.O.02 – Controle da remoção de Resíduos | UGP | Arquivo Eletrônico - backup | Até o final das obras | Apagar |

|  |  |
| --- | --- |
| **Revisão deste Procedimento** | **APROVAÇÃO:**  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** |
| UGP |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PRODECIMENTO DE OBRA** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **Programa de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho** | **P.O.03** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

1. **OBJETIVO E META**

As medidas de controle de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional têm por objetivo principal garantir a conformidade das construtoras e prestadoras de serviço com a legislação sobre a matéria. Para tanto, as mesmas deverão elaborar e implantar os seus Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), conforme consta, respectivamente, nas NR’s 5, 7 e 9.

As obras de construção civil envolvem, inerentemente, riscos aos trabalhadores envolvidos em função das peculiaridades dos trabalhos (movimentação de cargas, implantação e/ou demolição de edificações, manuseio de materiais perigosos, entre outros). Dessa forma, a implantação das estruturas propostas exige o estabelecimento de normas e procedimentos visando à manutenção de condições adequadas à saúde e segurança de todos os trabalhadores diretamente envolvidos com as obras do Programa.

Além de garantir a legalidade das ações de segurança do trabalho e saúde ocupacional, a implementação desta medida visa controlar a qualidade dos ambientes de trabalho sob a ótica de higiene, saneamento e ergonomia, a segurança de todos os funcionários, assim como de transeuntes e moradores de áreas próximas aos locais de implantação de infraestrutura e o controle médico da saúde ocupacional.

1. **RESPONSÁVEIS**

* Empresa Construtora e Supervisora.

1. **PROCEDIMENTOS**

Disposições Gerais

Estes procedimentos devem prevenir a maioria das ocorrências habituais nos canteiros e nas obras civis. Eventos não previstos serão resolvidos por decisão entre a UGP e Empresas Projetista, consultorias de apoio ao gerenciamento e empresas de apoio a supervisão de obras e construtora, de comum acordo. Além destes procedimentos, a Empresa Construtora deve observar os dispositivos contratuais relativos à Segurança do Trabalho, as Leis aplicáveis, entre elas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e as normas ABNT.

Estes procedimentos devem ser aplicados conforme a natureza da ocorrência e à medida que o desenvolvimento dos serviços exigirem, a critério da UGP. A empresa Construtora, por sua vez, deverá cumprir integralmente o estabelecido nestes procedimentos em todos os itens e instruções concernentes à Segurança do Trabalho, permitindo ampla e total fiscalização por parte da UGP e empresa a de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras.

Acesso ao Canteiro de Obras

O acesso ao canteiro de obras deve ser realizado somente pelo portão indicado e sinalizado. Só será permitido o acesso de funcionários da UGP, consultorias de apoio ao gerenciamento e empresa de supervisão de obras e construtora e empresas subcontratadas, bem como de visitantes com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados.

Comunicação Prévia junto à Delegacia Regional do Trabalho (DRT)

Antes do início das suas atividades, a Empresa Construtora deve fazer a comunicação à DRT e encaminhar a cópia protocolada para a UGP.

Programação e Implementação de Treinamento de Segurança

A programação de treinamento deve ser detalhada e implementada pela empresa Construtora, de modo a abranger todos os níveis de empregados, ficando reservado à UGP consultorias de apoio ao gerenciamento e empresa de supervisão de obras o direito de alterar os referidos programas de treinamento a fim de melhor atender a Segurança do Trabalho

Inspeção de Segurança

A UGP e a empresa de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras poderão realizar inspeções periódicas nas instalações do Canteiro de Obras e nas obras para verificar o cumprimento das determinações legais contratuais, bem como o estado de conservação dos EPIs e dos equipamentos e máquinas, observando também o atendimento aos regulamentos e normas de caráter geral ou que venham a ser estabelecidos pela UGP. Tais inspeções devem ser registradas em relatórios que serão encaminhados por e-mail aos participantes do SGA.

Compete à Empresa Construtora acatar as recomendações decorrentes das inspeções e sanar as irregularidades apontadas, sob pena de paralisação dos serviços pelas e aplicação das penalidades previstas no contrato.

Comunicação de Acidentes

Todo acidente deve ser imediatamente comunicado à UGP, ao BID e à empresa de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras, da maneira mais detalhada possível por meio da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT e anotação no Diário de Obra. Este formulário também deve ser utilizado para a comunicação da ocorrência de qualquer "acidente sem lesão", de qualquer natureza, inclusive princípios de incêndio e os quase acidentes.

A análise do acidente deve ocorrer o mais tardar 24 horas após a ocorrência, se o caso assim o permitir, e apresentada no Relatório de Acidente.

Para acidentes sérios (CPT, RT e TM) além da CAT e do Relatório de Acidente a empresa Construtora deve apresentar para a UGO e empresa Supervisora os seguintes documentos:

* Evidências das ações tomadas na Análise do Acidente;
* Análise de Risco da Tarefa;
* Diálogo do Diário de Segurança – DDS do dia da ocorrência;
* Ficha do funcionário acidentado;
* Ficha de recebimento de EPI do acidentado;
* Ordem de serviço;
* Ata de reunião extraordinária da CIPA; e
* Evidência de cobrança dos procedimentos de segurança.

Para acidentes considerados como primeiros socorros a empresa Construtora deve apresentar para a UGP e Empresa Supervisora Evidências das ações tomadas na Análise do Acidente. A apresentação da documentação acima deve ser encaminhada para a UGP e empresa Supervisora no máximo em 24 horas após a ocorrência, salvo nos casos em que o acidentado não possa participar da análise do acidente.

Em caso de acidente fatal, deve ser observado o que determina a Norma Regulamentadora No 18 (NR- 18) item 31- Acidente Fatal. Neste e no caso de acidente grave, deve ser constituída uma Comissão de Sindicância, com a finalidade de apurar as causas e as responsabilidades do acidente, composta por representantes das partes envolvidas, tendo sempre, em qualquer caso, um representante da UGP e empresa Supervisora. A Comissão de Sindicância deve emitir Relatório, incluindo parecer, caracterizando as mais prováveis causas e responsabilidades do acidente ocorrido e as medidas a serem implementadas necessárias à prevenção de novos acidentes.

Na ocorrência de um acidente de natureza grave, pessoal ou material, a área de serviço deve ser isolada, a fim de não prejudicar a análise da sindicância.

Suspensão do Trabalho por Motivos de Segurança

A UGP e empresas de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras poderão suspender qualquer trabalho no qual se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança de pessoas, das instalações, dos equipamentos, dos serviços e das obras ou quando os procedimentos, regulamentos e determinações de segurança não são atendidos pela empresa Construtora. Qualquer equipamento, ferramenta ou máquina que estiver sendo utilizado fora dos padrões de segurança, será interditado até que o problema seja solucionado. Havendo irregularidade, será utilizado o Formulário de Não Conformidade (F.G.04).

A suspensão dos trabalhos motivada por condições de insegurança decorrente da não observância destes procedimentos, não exime a empresa Construtora das obrigações e penalidades previstas no Contrato.

Segurança Geral

A empresa Construtora deve empenhar-se na manutenção da segurança do canteiro de obra, certificando-se de que todos os seus empregados (e de subcontratadas) cumprem os regulamentos de segurança e disciplinas vigentes, sendo responsabilizada por danos pessoais e materiais havidos em consequência de erros, falhas ou negligência no cumprimento de tais regulamentos e determinações. Cabe à empresa Supervisora a fiscalização desses fatos e à UGP o monitoramento, o acompanhamento e a exigência de providências.

Trânsito em Geral

As máquinas e equipamentos utilizados nas obras devem ser identificados com o nome do Programa por meio de logotipos afixados nas portas dianteiras dos mesmos.

Somente pode conduzir veículos motorizados no canteiro de obra pessoas legalmente habilitadas, identificadas com crachá. Todos os veículos e equipamentos pesados que operem em marcha à ré devem possuir alarme sonoro acoplado ao sistema de câmbio e dispor de retrovisores em ambos os lados.Não será permitido o transporte de empregados em carroceria de veículos, empilhadeiras, guindastes, etc.

Transporte de Material

No transporte de material deve ser observada a arrumação, distribuição, altura e quantidade das cargas. O peso das cargas deve obedecer rigorosamente à capacidade especificada do veículo. Bandeiras vermelhas bem visíveis devem ser usadas nos extremos das cargas que excedam a carroceria dos caminhões ou reboques, não podendo exceder a 2,00m do comprimento. Materiais como areia, barro, brita, madeira, entulho etc., somente devem ser transportados cobertos por lona plástica.

Inspeção de Segurança no Canteiro de Obras.

A empresa UGP e Supervisora deverão fazer inspeções periódicas no canteiro de obra, acompanhadas pelos seus Técnicos de Segurança e Meio Ambiente. Este procedimento deverá ser adotado desde o início dos serviços de implantação do canteiro e ser caracterizado como uma rotina preventiva.

Estocagem

Todo o material somente pode ser estocado em lugar previamente estudado, com a base em nível e em solo resistente. O armazenamento deve ocorrer de acordo com o prescrito nas Normas Regulamentadoras NR -11 e NR – 18.

Arrumação

Os materiais empregados nas construções devem ser arrumados de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas e veículos. O material estocado deve ficar afastado das estruturas laterais de prédios, a uma distância de pelo menos 0,50 m. As pilhas de materiais a granel acondicionadas em sacos, caixas ou outros recipientes devem ter forma e altura que garantam sua estabilidade. As pilhas de sacos e caixas terão a altura máxima correspondente a 30 fiadas quando for usado processo mecanizado de empilhamento e, a 20 fiadas, quando o processo for manual.

Deve ser observado o espaçamento para a circulação de pessoas e equipamentos. Os tubos, vergalhões, barras e pranchas devem ser arrumados em camadas, com espaçadores e peças de retenção. Deve-se observar, também, o espaçamento entre as pilhas para movimentação de funcionários e equipamentos. A retirada dos materiais deverá ocorrer sem prejuízo da estabilidade das pilhas.

Líquidos Combustíveis e Inflamáveis

Nesta especificação, líquido combustível e líquido inflamável atende a designação dada na Norma Reguladora NR-20 – Líquidos Combustíveis e Inflamáveis, que define seu manuseio e armazenamento. A Empresa Construtora deve evitar qualquer vazamento de óleo ou outros líquidos inflamáveis diretamente no chão. Caso ocorra, deverá ser aplicado o Procedimento de Emergência Vazamento de Óleo (P.E.01).

É terminantemente proibida a colocação de substâncias inflamáveis em armários destinados a objetos pessoais.

Materiais Corrosivos e Tóxicos

Os materiais corrosivos e tóxicos devem ser armazenados em locais isolados. Estes locais devem ser sinalizados e a manipulação dos materiais deve ocorrer com todas as medidas de segurança cabíveis. A cal virgem deve ser estocada em local seco tomando-se precauções para evitar reações violentas durante sua extinção. A empresa Construtora deve dispor das fichas de emergência dos produtos em local de fácil consulta.

Outros Materiais Combustíveis

Os óleos e materiais graxos devem ser armazenados em locais específicos. Papéis usados ou quaisquer detritos de fácil combustão, como estopas ou panos embebidos em óleo, gasolina, solvente e outros, devem ser colocados em latas com tampas e retirados da área ao fim de cada dia, ou com maior frequência conforme o caso. Os materiais de combustão espontânea, não podem ser estocados próximos a quaisquer fontes de calor, bem como sob exposição contínua aos raios solares.

Ferramentas

As ferramentas devem ser apropriadas ao uso a que se destinam, proibindo-se o emprego das defeituosas, danificadas ou improvisadas.

Não devem ser abandonados sobre passagens, escadas, andaimes e outras superfícies de trabalho, devendo ser guardadas e carregadas em locais ou recipientes apropriados.

Ferramentas Pneumáticas

As ferramentas pneumáticas portáteis devem possuir dispositivos de partida, instalados de maneira a reduzir ao mínimo a possibilidade de funcionamento acidental. A válvula de entrada de ar deve fechar automaticamente quando cessar a pressão da mão do operador sobre os dispositivos de partida. As mangueiras e conexões devem resistir às pressões de serviço, permanecendo firmemente presas aos tubos de saída por braçadeiras apropriadas e afastadas das vias de circulação.

Devem, ainda, possuir dispositivos de segurança, retirados manualmente e nunca pela pressão do ar comprimido de serviço.

Ferramentas Elétricas Manuais

Os dispositivos de partida das ferramentas elétricas devem ser instalados para reduzir o risco de funcionamento acidental. A corrente elétrica deve ser interrompida automaticamente ao cessar a pressão da mão do operador sobre o dispositivo de partida. A tensão máxima utilizável pelas ferramentas elétricas portáteis deve ser de 220 V e suas carcaças devem ser aterradas. As serras circulares ou esmeris portáteis e fixos deverão ter coifa de proteção. Máquinas ou equipamentos elétricos móveis só podem ser ligadas por intermédio do conjunto de plugue e tomada.

Escadas e Rampas

Escadas e rampas coletivas provisórias para circulação de empregados e materiais devem ser de construção sólida e ter 0,80m de largura mínima, dotadas de rodapés de 0,20m e guarda-corpos laterais de 1,00m de altura no mínimo. Quando o meio de acesso a uma plataforma de serviço for por meio de escadas de mão, as mesmas devem estar firmemente fixadas em cima e em baixo, com as laterais da escada ultrapassando, no mínimo, um metro do piso a ser atingido. Quando a escada não puder ser fixada, permanecerá embaixo, auxiliando na utilização, um ajudante relacionado com o serviço a ser executado. A escada de mão deve ter seu uso restrito a acessos provisórios e serviços de pequeno porte. As rampas provisórias devem ser fixadas no piso inferior e superior, não ultrapassando 30° de inclinação em relação ao piso. Nas rampas provisórias, com inclinação superior a 18°, devem ser fixadas peças transversais, espaçadas em 0,40 m no máximo, para apoio dos pés. Para se obter um maior fluxo de operários, sem prejuízo da segurança, a largura da rampa e escadas coletivas é função do número de trabalhadores que a utilizam, conforme segue:

* acesso para até 45 operários: largura mínima de 0,80m;
* acesso para 46 a 90 operários: largura mínima de 1,20m; e
* acesso para 91 operários em diante: largura mínima de 1,50m.

Escavações

Antes de iniciada a escavação devem ser removidos blocos de pedra, árvores e outros elementos próximos à borda superficial a ser escavada. Nas escavações profundas, com mais de 1,25m, devem ser colocadas escadas seguras, próximas aos locais de trabalho, a fim de permitir, em caso de emergência, a saída rápida do pessoal. Os materiais retirados da escavação devem ser depositados a uma distância superior à metade da profundidade, medida a partir da borda do talude, devendo a altura da pilha ser limitada a 2,00m. A passagem de veículos próximos às escavações deve obedecer a distância mínima de duas vezes a profundidade da escavação. Nas escavações com escavadeiras, os trabalhadores devem permanecer a uma distância segura, não se colocando em hipótese alguma, dentro da vala em execução. Sobre valas, onde haja necessidade de trânsito ou transposição de equipamentos, devem ser construídas passarelas providas de parapeitos com largura mínima de 4,00m.

Acessos amplos e seguros devem ser construídos para conduzir os trabalhadores à área de escavação. O isolamento das escavações deve ser feito com guarda-corpo de madeira, não sendo permitido o uso de pontas de vergalhões para esse fim. Na impossibilidade do escoramento do talude, a empresa Construtora deve apresentar, para análise e aprovação da UGP ou empresa Supervisora, Laudo de Sondagem garantido a sua estabilidade elaborado e assinado por profissional legalmente habilitado, juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

Escoramento

Os taludes das escavações com profundidade superior a 1,75m devem ser escorados, com dispositivo aprovado pela empresa Supervisora, de modo a assegurar a estabilidade do solo adjacente. O escoramento dos taludes de escavação deve ser reforçado nos locais em que houver máquinas e equipamentos operando junto às bordas da superfície escavada.

Todos os escoramentos, acessos e passarelas devem ser inspecionados diariamente pelo Encarregado do Serviço. Constatadas avarias, estas deverão ser reparadas antes do afluxo de trabalhadores àquele local. Deverão ser escoradas as redes de abastecimento, tubulações, vias de acesso e, de modo geral, todas as estruturas que possam ser afetadas pela escavação. As condições de escoramento devem ser observadas no transcorrer da obra para verificar se as mesmas continuam adequadas ao tipo de solo e às variações de profundidade da vala.

As condições de estabilidade dos taludes devem ser inspecionadas diariamente, antes do início da jornada pelo Encarregado do Serviço e Técnico de Segurança da empresa Construtora, principalmente após chuvas e outras ocorrências que propiciem deslizamentos. Em casos especiais, dependendo do tipo do terreno (solos arenosos encharcados, argila muito mole, turfa e outros semelhantes) e a critério da empresa Supervisora, valas com profundidade inferior a 1,75m, deverão ser escoradas continuamente.

Quando o escoramento for pré-moldado, as estroncas serão colocadas de cima para baixo e à medida que o operário for descendo no próprio escoramento. As estroncas superiores serão colocadas, apertadas e ajustadas com os operários fora da vala. Em valas abertas manualmente devem estar previstos escoramentos progressivos espaçados no máximo a cada 1,00m perfurado. O espaçamento entre pranchões de apoio será no máximo de 1,50 m. O espaçamento máximo entre longarinas será de 1,00 m.

Os acessos de trabalhadores, veículos e equipamentos às áreas de escavação devem ter sinalização de advertência permanente.

Equipamentos

Os equipamentos devem ser inspecionados semanalmente, dispensando-se especial atenção aos freios, mecanismo de direção, cabos de tração e outros dispositivos de segurança. As inspeções devem ser realizadas por pessoas habilitadas em conjunto com o Técnico de Segurança, com os nomes dos responsáveis constando de documento da obra, à disposição da UGP e empresa de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras. As falhas encontradas serão registradas e assinadas em livro próprio, bem como as medidas corretivas a serem adotadas.

Trator de roda, trator de esteira, trator misto ou equipamento automotor destinado à movimentação de cargas ou execução de trabalho de terraplenagem, de construção ou de pavimentação, só podem ser conduzidos por condutor habilitado nas categorias C, D ou E. Os operadores de equipamentos, por sua vez, devem possuir a Carta de Habilitação de Operadores.

Equipamentos de Içamento de Cargas

Somente pessoas habilitadas, cujos nomes constarão em registro próprio mantido no escritório da obra, podem operar guindastes, guinchos etc. É proibida a permanência de pessoas desautorizadas sobre equipamentos de içamento de carga. Nenhum equipamento deve ser operado sob linhas de transmissão e distribuição de energia. A operação do guincho deve ser comandada por profissional especializado e ter os sinais visuais convencionais emitidos por um sinaleiro, treinado e credenciado para tal e usando colete refletivo. O operador de equipamentos deve tirar a chave ou desligar os comandos de modo a impedir a sua operação por pessoas não habilitadas ou não autorizadas para tal. O içamento de cargas só pode ser realizado após aprovações e tomadas todas as medidas de segurança para proteção da área e do pessoal envolvidos com os trabalhos.

É proibido o trabalho de guindastes com a lança em ângulo com a horizontal superior a 90º, para evitar a queda da lança sobre o guindaste, inclusive na cabine do operador. Para prevenir este tipo de acidente pode ser instalado batente ou amortecedores de lança, cabos de parada ou dispositivos de segurança automáticos.

Somente será permitido o uso de guincho de alavanca (tirfor) para os seguintes casos:

* arraste de carga, mesmo a longas distâncias; e
* ajuste de peças.

Não será permitido o seu uso para içamento de cargas, de gaiolas etc. O tirfor deve possuir a identificação de sua capacidade bem legível e, diariamente, a empresa Construtora deve efetuar o check-list do equipamento, que permanecerá à disposição da UGP e empresa Supervisor. Toda a área em torno de içamento de carga deve ser sinalizada e isolada fisicamente e possuir placas de área isolada. É proibido deslocamento de guindaste de pneus com carga suspensa.

Nos equipamentos de içamento de carga devem ter afixado, em local visível, indicação da carga máxima permitida, bem como a proibição de transporte de pessoal.

Cabos de Aço

Os cabos de aço dos guindastes, elevadores, guinchos e outros equipamentos, devem ser objeto de observação cuidadosa e rotineira (diária e semanal) por profissional experiente em conjunto com o Supervisor de Segurança, devendo ser substituídos quando constatada qualquer anormalidade que possam causar acidentes. Durante a inspeção será dada especial atenção para:

* estado geral de conservação do cabo;
* lubrificação;
* existência de anormalidade no diâmetro externo do cabo;
* corrosão externa acentuada;
* corrosão interna;
* torção acentuada;
* amassamento excessivo; e
* fios partidos que ultrapassam do prescrito no gráfico da DIN-15020.

A lubrificação, que protege o cabo contra abrasão e corrosão, deve ser aplicada com o cabo completamente seco, para não aprisionar umidade e favorecer a corrosão. A aplicação pode ser feita automática ou manualmente. Não devem ser usados fluidos limpadores, já que removem a lubrificação anterior e não garantem a eficácia da nova lubrificação.

Os cabos de aço devem ser fixados por intermédio de dispositivos especiais (ex: grampos, manilhas, peras e outros) devidamente dimensionados em quantidade apropriada, de modo a garantir a utilização segura dos mesmos.

Máquinas

As máquinas devem ser equipadas com dispositivos de partida e paradas que evitem risco para o operador. É terminantemente proibido reparar, ajustar ou lubrificar máquinas em movimento. Nas paradas temporárias ou prolongadas, os operadores devem colocar as máquinas na posição de descanso, com os freios aplicados e os aparelhos de controle na posição neutra.

Nas áreas de trabalho de máquinas devem permanecer apenas o operador e pessoas autorizadas. Os operadores não podem afastar-se das máquinas quando seus motores estiverem em movimento.

É proibida a instalação de motores estacionários de combustão interna em ambientes fechados ou insuficientemente ventilados.

Devem ser protegidas com telas metálicas e sinalização apropriada todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas que estejam ao alcance dos trabalhadores. A manutenção e reparo de máquinas somente poderá ser executado por profissional habilitado e em local apropriado.

Operação de Soldagem e Corte

Os serviços de solda e cortes deverão ser executados por soldadores habilitados, com conhecimento das recomendações de segurança.

As mangueiras de oxigênio e acetileno devem estar de acordo com as especificações técnicas e nas cores: Oxigênio – Verde; e Acetileno – Vermelha. Estas devem possuir mecanismos contra o retrocesso das chamas na saída do cilindro e chegada do maçarico. O conteúdo dos cilindros não deve ser usado sem o regulador de pressão ou com este e o manômetro em más condições, ou para outro fim que não seja solda e corte a maçarico.

Os equipamentos de soldagem elétrica devem ser aterrados. A fiação da máquina de soldagem entre o equipamento e o quadro de distribuição deve ter no máximo 3,00 m (três metros) de comprimento. Nas operações de soldagem e corte a quente é obrigatória à utilização de anteparos incombustíveis, eficazes para a proteção dos trabalhadores circunvizinhos, devendo haver na frente de trabalho no mínimo 01 (um) extintor de incêndio de CO2 ou PQS.

As máquinas devem ser protegidas contra intempéries.

A tabela a seguir apresenta uma indicação básica para a bitola dos cabos de soldagem em função da corrente utilizada no processo.

|  |  |
| --- | --- |
| **Bitola de cabos de solda** | |
| Corrente de soldagem em Amperes | Bitola mínima de cabos de cobre para solda |
| 100 | 4 |
| 150 | 3 |
| 200 | 2 |
| 250 a 300 | 1/0 |
| 300 a 450 | 2/0 |
| 500 a 550 | 3/0 |
| 600 | 4/0 |

Para apagar o maçarico deve-se fechar primeiro a válvula de acetileno e, em seguida, a válvula de oxigênio. Se esta for fechada antes da válvula de acetileno há riscos de retrocesso de chama, uma vez que o acetileno continuaria a queimar na câmara de mistura, provocando a produção de fuligem nos bicos e o entupimento.

A pressão de trabalho da válvula reguladora de pressão deve ser de no máximo de 1,5 kg/cm2 pois, acima disso, haveria arraste de acetona.

Cuidados Específicos para o Sistema Elétrico

Além do Regulamento de Segurança especificado pela Legislação, devem ser obedecidas, em adição, as regras de segurança apresentada a seguir. Quando a construção ou demolição tiver que ser feita próxima às linhas existentes, será solicitada pela empresa Construtora a presença da concessionária de energia, para a determinação das precauções cabíveis.

Os equipamentos elétricos, inclusive e principalmente os de utilização temporária, devem ser instalados a distância segura dos locais de armazenamento de produtos inflamáveis e explosivos. Os que não necessitem ser mantidos em operação permanente devem ser desligados da sua fonte de alimentação.

Condutores Elétricos

Os condutores deverão ter isolamento adequado para tensão. Toda fiação deverá ser embutida em eletrodutos e as partes dos equipamentos sob tensão deverão ser completamente enclausuradas. Onde não for possível empregar eletrodutos, os fios deverão ser instalados no mínimo a 2m de altura do piso de trabalho.

As emendas e derivações dos condutores deverão ser executadas de modo a assegurar resistência mecânica adequada e contato elétrico perfeito. O isolamento de emendas e derivações deverá ter características equivalentes aos dos condutores utilizados.

Chaves Elétricas

As chaves do tipo “faca” só podem ser utilizadas para circuitos de distribuição, sendo proibido seu uso como dispositivo de partida e parada de máquinas. Devem ser instaladas em caixas metálicas e com dispositivo de segurança. O porta fusíveis das chaves “faca” não deverá ficar sob tensão quando na posição aberta.

Em todos os ramais destinados à ligação de ferramentas e equipamentos elétricos devem ser instalados disjuntores que possam ser acionados com facilidade e segurança.

Aterramento

Todas as estruturas e carcaças dos equipamentos elétricos devem ser ligadas à malha terra de baixo valor ôhmico - menor que 10 Ω comprovados, com cabo na cor verde. Excetuam-se dessa exigência ferramentas e equipamentos elétricos que operam com tensão inferior a 48 volts.

Isolamento de área

O isolamento de área identifica um local onde existe uma condição insegura ou onde um trabalho esteja sendo realizado gerando uma condição perigosa. Deverá ser feito sempre que um trabalho ou equipamento colocar pessoas em risco, conforme segue:

* lançamento ou descida de materiais e equipamentos com guindastes;
* serviços de soldas e cortes em pisos superiores, com aberturas que possibilitem queda de borra ou pedaços de peças metálicas;
* trabalhos em altura, com possibilidade de queda de materiais ou de ferramentas;
* escavações com possibilidade de queda de pessoas;
* lixamento; e
* perfuração de solo, entre outras.

Todo isolamento de área deve ser feito com tela plástica e a armação de sustentação do isolamento deve ser confeccionada e ter altura mínima de 1,20m. Não será permitido o uso de pedaços de vergalhão e restos de madeira. Luzes de alerta devem ser colocadas no isolamento quando a visibilidade não for suficiente, ou no caso de via de acesso.

Quando uma área estiver isolada, ninguém deve adentrá-la, a menos que devidamente autorizado e instruído pelo responsável pelo isolamento.

Andaimes

Os andaimes deverão ser dimensionados e construídos de modo a suportar, com segurança, as cargas de trabalho a que estão sujeitos. Não devem ter sobrecargas não previstas e a carga deverá ser distribuída de modo mais uniforme possível. Os pisos devem permanecer desimpedidos e livres para a circulação.

Os estrados nos andaimes devem ser formados por pranchas de madeira, de 0,025m de espessura mínima, devendo o vão livre dos suportes ser calculado de acordo com a resistência da madeira para as cargas que irão suportar. As madeiras empregadas na confecção de andaimes devem ser de boa qualidade, isentas de nós, rachaduras e outros defeitos capazes de diminuir sua resistência.

As pranchas devem repousar sempre que possível sobre 3 travessas, para evitar o perigo de escorregamento. Quando houver apenas 2 travessas, as pranchas deverão ser fixadas nas extremidades.

As emendas das pranchas podem ser por superposição ou de topo. Nos casos de superposição, as pranchas avançarão 0,10 m para cada lado da travessa. Nos casos de emendas de topo, deve haver uma travessa devidamente fixada sob as extremidades das pranchas.

No sentido transversal, as pranchas devem ser colocadas lado a lado, sem intervalos, de modo a cobrir todo o comprimento da travessia. As pranchas não devem ter mais de 0,20m de balanço e sua inclinação não deve ser superior a 15% em qualquer direção. É proibido retirar qualquer dispositivo de segurança dos andaimes ou anular sua ação. Nos trabalhos de demolição, os talabartes não podem ser presos nos andaimes de serviço, tipo “cabide”, sendo obrigatória à instalação do cabo independente (linha de vida). É obrigatório, também, a instalação de rodapé.

Andaimes Simplesmente Apoiados

Os andaimes devem ser contraventados de acordo com os cálculos, dispondo de amarrações que resistam à ação do vento e ser amarrados a estruturas firmes, estacados ou ancorados em pontos que apresentem resistência suficiente.

Os montantes dos pontaletes devem apoiar-se em partes sólidas e resistentes. As cargas transmitidas deverão ser compatíveis com a resistência do solo ou da superfície de apoio. Para subida e descida dos empregados devem ser providos de escadas Quando necessário, os andaimes devem ser protegidos contra o impacto de veículos e equipamentos.

Os tubulares podem ser construídos de montantes, travessas e contraventos de tubos, unidos por braçadeiras especiais ou de elementos pré-fabricados, montados mediante encaixe. Os tubos, braçadeiras e elementos pré-fabricados devem ser mantidos em perfeito estado.

Os montantes devem ser apoiados solidamente em calços apropriados de madeira ou de aço e mantidos rigorosamente em prumo. Os acessórios que fixam os elementos horizontais aos montantes e às diagonais devem ser projetados especialmente para esta função e solidamente ajustados, a fim de se evitar deslocamento sob o efeito dos esforços a que serão submetidos.

Os andaimes tubulares externos devem ser estaiados, no mínimo a cada 6,00m. Antes de instalar roldanas e outros aparelhos de suspensão, deverá ser escolhido adequadamente o seu plano de aplicação, verificando-se estabilidade e resistência do andaime.

Os andaimes móveis devem ser amarrados, calçados e fixados durante a utilização, a fim de se evitar o seu deslocamento e tombamento.

Programa de Treinamento e Desenvolvimento

O Programa de Treinamento e Desenvolvimento é constituído de palestra com o objetivo de transmitir aos novos funcionários informações sobre as normas internas, os regulamentos e, principalmente, os procedimentos de segurança no trabalho. Visa, também, alertar cada trabalhador, de acordo com sua função, sobre os riscos que devem ser enfrentados ao desenvolver sua atividade, as condições adversas que a obra ou serviço lhes oferecem e os cuidados necessários para evitar acidentes. O Programa tem, ainda, o intuito de ensinar o trabalhados a detectar os riscos e os meios de eliminá-los. Será ministrado pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho(SESMT) da empresa Construtora e, após a palestra, o funcionário deve assinar a lista de presença, em cumprimento à NR-18.

Diálogo Diário de Segurança – DDS

É comum a ocorrência de acidentes de trabalho em decorrência da falta de habilidade e conhecimento de técnicas de segurança por parte dos trabalhadores. Normalmente ocorrem em duas situações:

* o trabalhador aprendeu uma vez, mas não o suficiente para fixar os hábitos corretos de trabalho; e
* o trabalhador pode nunca ter aprendido a fazer seu trabalho de maneira correta.

Desta forma, para conscientizar os trabalhadores deve ser utilizada a prática do Diálogo Diário de Segurança (DDS), que é a realização de uma reunião diária, com aproximadamente 10 minutos de duração, nas frentes de serviços, antes do início das atividades para a transmitir, a todos os funcionários, o serviço que eles deverão executar durante a jornada de trabalho, quais os riscos a que estarão expostos e quais os métodos e equipamentos de segurança que deverão utilizar para evitar acidentes. A reunião será dirigida pelo superior imediato (Mestre ou Supervisor), assessorado pelo Técnico ou Engenheiro de Segurança da empresa Construtora e supervisionado pelo Técnico de Segurança e Saúde Ocupacional da empresa Supervisora.

O DDS é uma das ferramentas mais importantes do Programa de Segurança, devido ao alto grau de conscientização que promove aos funcionários, decorrente de 3 fatos:

* como o DDS é ministrado pelo superior imediato, os funcionários assimilam os fatos expostos com maior facilidade;
* o DDS é realizado nas frentes de serviço, o que facilita a exposição pelo superior imediato; e
* a frequência é diária.

Os Mestres, Encarregados e Supervisores devem comprovar a presença dos funcionários de sua equipe no DDS e a Lista de Presença assinada deve ser enviado ao Setor de Segurança da empresa Construtora, para arquivo.

Análise de Risco

É a análise das etapas básicas de uma tarefa, visando determinar os possíveis riscos e sugerir meios para eliminá-los, ou controlá-los por meio de medidas preventivas, possibilitando a realização do trabalho com segurança.

A análise de risco deve ser elaborada dividindo o trabalho em suas várias etapas, assim como os perigos específicos de cada uma, para que as medidas sejam tomadas para neutralizar ou controlar esses riscos. Cada etapa é estudada individualmente convertendo-se em orientação segura para execução da tarefa. A Análise de Riscos deverá ser utilizada para:

* liberar a área para a execução da tarefa;
* ensinar o trabalho a novos empregados, facilitando o treinamento;
* verificar a sua aplicação nas investigações de acidentes;
* para eliminar dúvidas e favorecer um melhor entendimento nas reuniões e inspeções de segurança; e
* racionalizar o trabalho e reduzir custo.

A obrigação pela elaboração da Análise de Risco deve ser do Encarregado responsável pela execução dos serviços, que pode solicitar assessoramento ao Setor de Segurança da empresa. Os riscos detectados durante a análise deverão ser amplamente divulgados aos funcionários envolvidos na tarefa.

Qualquer serviço só poderá ser iniciado depois de realizada a Análise de Risco que, após devidamente preenchida e assinada, deve ser mantida na frente de serviço.

Normas Gerais de Segurança

A UGP e empresa de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras se reservam o direito de fazer outras exigências com respeito à Segurança do Trabalho, sempre que julgue necessário, para a proteção dos homens, dos equipamentos e do meio ambiente. Estas Normas de Segurança podem ser revisadas a qualquer tempo pela UGP e empresa Supervisora, por meio de instruções escritas, visando adequá-la a situações vigentes e a uma melhor aplicabilidade. A empresa Construtora deverá atender também a essas revisões.

Fiscalização

A empresa Supervisora, ao verificar por meio de fiscalização dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT o não cumprimento do contido nas Diretrizes e Normas de Segurança do Trabalho por parte da empresa Construtora, apresentará umRelatório de Inspeção de Segurançafixando o prazo para o cumprimento das pendências constatadas.

**4.FORMULÁRIO CORRELATO**

* Formulário de Não Conformidade (F.G.04)

**5.CONTROLE DE REGISTROS**

Os registros gerados pelas atividades deste procedimento são controlados conforme segue:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO** | **LOCAL DO ARQUIVO** | **TIPO E RECUPERAÇÃO**  **DO ARQUIVO** | **TEMPO**  **DE RETENÇÃO** | **DESCARTE** |
| F.G.04 – Não Conformidade. | UGP | Arquivo Eletrônico - backup | Até o final das obras | Apagar |

|  |  |
| --- | --- |
| **Revisão deste Procedimento** | **APROVAÇÃO:**  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** |
| UGP |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PRODECIMENTO DE OBRA** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **Programa de Supervisão Ambiental da Construção** | **P.O.04** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

1. **OBJETIVOS E METAS**

O Programa de Supervisão Ambiental da Construção inclui um conjunto de medidas a serem coordenadas pela PMV, diretamente e com apoio de empresas especializadas de Supervisão Ambiental.

As ações que deverão ser tomadas durante a execução dos serviços de obra, devem ser considerados o atendimento da legislação e das condicionantes das licenças ambientais, a redução do número de não conformidades, a capacitação de todos os empregados da obra em saúde, segurança do trabalho, educação ambiental, limpeza e qualidade ambiental e a satisfação da comunidade do entorno da obra.

O foco principal do Programa é a verificação do pleno atendimento de todos os procedimentos de controle ambiental de responsabilidade das construtoras. Trata-se, na prática, de uma atividade de fiscalização da execução das medidas previstas no Programa de Controle Ambiental de Obras.

A supervisão ambiental é necessária para garantir que as medidas de controle ambiental aqui previstas ou exigidas em condicionantes ambientais sejam devidamente executadas. Sem a supervisão sistemática, não há como detectar adequadamente eventuais inconformidades com os compromissos assumidos, com as boas práticas ambientais e com requisitos das políticas do banco.

O procedimento se aplica a todas as obras, incluindo assim as intervenções de maior porte, como a requalificação da Orla Noroeste, as áreas de contenção de encostas, mas também as diversas obras prediais que integram o Programa.

1. **RESPONSÁVEIS**

* UGP e Consultoria de apoio ao Gerenciamento.

1. **PROCEDIMENTOS**

**Infraestrutura da Obra**

Para a implantação do canteiro de obras, devem ser seguidas as orientações previstas no P.O.02 Controle ambiental dos procedimentos construtivos .Durante a operação e implantação das obras, a movimentação e operação das máquinas e equipamentos podem gerar impactos ambientais que devem ser controlados de acordo com os procedimentos do Quadro No 1 ao No 6 .

**Quadro No 3: Procedimentos de controle ambiental**

|  |  |
| --- | --- |
| **OPERAÇÃO DO CANTEIRO E IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS.** | |
| **Situações que podem gerar Impactos** | **Procedimentos de Controle** |
| Fumaça de veículos e equipamentos, que pode provocar a poluição do ar. | 1. Monitoramento da fumaça de veículos e equipamentos, inclusive geradores, por meio da Escala Ringelmann[[2]](#footnote-2) (ANEXO). Acima de 40% são exigidas providências de melhoria; e 2. Ajustes nos veículos e equipamentos no com emissões acima de 40%. |
| Vazamento de óleos e graxas de máquinas e equipamentos que podem causar poluição do solo e da água. | 1. Impermeabilização do solo do estacionamento e equipamentos; 2. Instalação de caixas separadoras de óleos e graxas no sistema de drenagem das oficinas; e 3. Análise periódica dos efluentes da caixa separadora. |
| Contaminação do solo e geração de resíduos contaminados pela lavagem, limpeza e manutenção de veículos e equipamentos em terreno. | 1. Locais para lavagem de veículos e equipamentos definidos, equipados com canaletas de drenagem e caixa separadora de óleos e graxas; 2. Definir locais para limpeza e manutenção de veículos e equipamentos; e 3. Destino adequado para óleos e graxas, areia, solo e serragem contaminados. |
| Acidentes decorrentes da movimentação de veículos e equipamentos. | 1. Previsão de passagens e caminhos internos; 2. Previsão de vias com limite de velocidade e placas de orientação de velocidade permitida; e 3. Adequada sinalização da obra no seu entorno. |
| Sujeira nas as ruas e transtornos à vizinhança promovidos pelos caminhões e equipamentos com terra e barro nas rodas. | 1. Previsão de lava-rodas na saída das obras; e 2. Previsão de lavagem das ruas, se necessário. |
| Sujeira nas vias públicas pela queda de terra e entulho dos caminhões que transportam material retirado das obras. | 1. Preparação da caçamba dos caminhões com material vedante; e 2. Definição previa do trajeto entre a obra e o local de deposição dos resíduos. |
| Poeira nas obras e imediações produzida pela movimentação de veículos e máquinas. | 1. Prever irrigação das áreas. |
| Ruídos produzidos pela movimentação de equipamentos pesados, uso de bate-estacas e demolições. | 1. Definição do horário de trabalho com a vizinhança; e 2. Prever dispositivos de dispersão de ruídos. |

**Serviços de Obra**

**Quadro No 2: Procedimentos de controle ambiental**

|  |  |
| --- | --- |
| **TERRAPLENAGEM E LIMPEZA E PREPARAÇÃO DO TERRENO** | |
| **Situações que podem gerar Impactos** | **Procedimentos de Controle** |
| Danos à flora, fauna, solo e água decorrentes da remoção da camada vegetal (horizonte A ou solo orgânico) para a implantação do canteiro e das obra. | 1. Armazenamento, em leiras próximas às obras (bota-espera), da camada vegetal removida, para posterior utilização na recuperação ambiental das áreas degradadas pelas obras (canteiro de obras, terraplenagens etc.) 2. Planejamento da retirada da camada vegetal considerando o manejo da fauna; e 3. Previsão do transplante de espécies arbóreas de importância local, da área de intervenção. |
| Geração de poeira no terreno com solo exposto, com danos à flora remanescente e incômodos à comunidade. | 1. Irrigação da área. |
| Mudanças nas características hidrológicas do solo e sub-solo e erosão e assoreamento, com danos à fauna, flora, água e solo, decorrentes da modificação do perfil do terreno para a instalação das obras. | 1. Construção de “camaleões” ou curvas de nível para reduzir a velocidade do escoamento superficial; 2. Previsão de bacias contenção e sedimentação; 3. Previsão, durante a execução de taludes, de caimento da crista para o corpo do aterro; 4. Previsão de drenagem provisória; 5. Previsão de plantio de grama nos taludes; e 6. Ensaios de compactação, conforme orientação de projeto, visando a estabilidade das áreas terraplenadas. |

**Quadro No 3: Procedimentos de controle ambiental**

|  |  |
| --- | --- |
| **DRENAGEM SUPERFICIAL** | |
| **Situações que podem gerar Impactos** | **Procedimentos de Controle** |
| Interferência na drenagem superficial do terreno, com danos às áreas adjacentes e ao patrimônio público e, em particular, incômodos à vizinhança devido à escavação. | 1. Prevenção da reorganização e desvio do sistema de escoamento superficial; e 2. Previsão da construção de “camaleões” para a redução da velocidade da água. |
| Erosão promovida pelo lançamento de grande quantidade de águas pluviais em áreas com declividade acentuada. | 1. Execução de sistema de drenagem até o ponto em que a velocidade da água seja suficientemente baixa para não provocar o arraste de solo. |

**Quadro No 4: Procedimentos de controle ambiental**

|  |  |
| --- | --- |
| **PAVIMENTAÇÃO** | |
| **Situações que podem gerar Impactos** | **Procedimentos de Controle** |
| Utilização de solo proveniente de área de empréstimo e mineração, com deterioração da área minerada e danos à flora, fauna, água e solo. | 1. Utilização de solos provenientes de mineradoras licenciadas; 2. Elaboração de Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) aprovado pela UGP, antes de encaminhamento para a aprovação do órgão ambiental. |
| Poluição do solo e da água decorrente da aplicação do Asfalto Diluído de Petróleo – CM30 em períodos chuvosos. | 1. Analise das condições climáticas, antes da imprimação impermeabilizante, para evitar a lixiviação do material no período de chuvas. |

**Quadro No 5: Procedimentos de controle ambiental**

|  |  |
| --- | --- |
| **FUNDAÇÕES** | |
| **Situações que podem gerar Impactos** | **Procedimentos de Controle** |
| Vibrações que podem danificar edificações vizinhas, provocadas pela cravação de perfis metálicos ou pré-moldados. | 1. Previsão de perícia técnica nas edificações vizinhas, antes do início das obras para, avaliar o seu estado de conservação. 2. Definição de horário de trabalho em consenso com os vizinhos; 3. Previsão de dispositivos de dispersão de ruídos. |

**Quadro No 6: Procedimentos de controle ambiental**

|  |  |
| --- | --- |
| **PLANTIO DE GRAMA E PAISAGISMO** | |
| **Situações que podem gerar Impactos** | **Procedimentos de Controle** |
| Danos à comunidade e à fauna pelo uso de pesticidas e produtos químicos industriais classificados como Poluentes Orgânicos Persistentes (POP). | 1. Não utilizar produtos que possam poluir o meio ambiente. |

**4.FORMULÁRIOS E PROCEDIMENTOS CORRELATOS**

* P.O.01 – Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Obra
* P.O.02 – Programa de Controle Ambiental de Obras
* P.O.03 –Programa de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho
* P.O.04 –Programa de Supervisão Ambiental da Construção
* P.O.07 –. Programa de Educação Ambiental e Sanitária

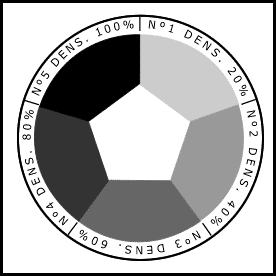
**5. CONTROLE DE REGISTROS**

Os registros que podem ser gerados pelas atividades deste procedimento são controlados da seguinte forma:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO** | **LOCAL DO ARQUIVO** | **TIPOS E RECUPERAÇÃO DO ARQUIVO** | **TEMPO DE RETENÇÃO** | **DESCARTE** |
| F.O.01 - Cadastro de Destinatário de Resíduo.  F.O.02 - Controle de Remoção de Resíduo.  F.G.04 – Não Conformidade.  F.G.05 – Plano de Melhoria. | UGP | Arquivo Eletrônico - backup | Até o final das obras | Apagar |

|  |  |
| --- | --- |
| **Revisão deste Procedimento** | **APROVAÇÃO:**  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** |
| UGP |

**Escala Ringelmann**

****

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO** | **LOCAL DO ARQUIVO** | **TIPO DE RECUPERAÇÃO DO ARQUIVO** | **TEMPO DE RETENÇÃO** | **DESCARTE** |
| F.G.04 – Formulário de Não-Conformidade;  F.G.05 – Relatório de Inspeção Ambiental;  F.G.06 – Plano de Melhoria;  F.O.01 – Destinatário de Resíduo;  F.O.02 – Controle de Remoção de Resíduo. | Escritório da UGP | Pasta e versão eletrônica com back-up | Até o final da obra | Apagar |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PRODECIMENTO DE OBRA** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **Programa de Remediação do Terreno do Centro de Cooperação da Cidade** | **P.O.05** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

1. **OBJETIVOS E METAS**

**A**

O presente programa aborda as diretrizes para o gerenciamento dos passivos ambientais eventualmente existentes na área de implantação do Centro de Cooperação da Cidade, onde há evidência da um passivo ambiental (área contaminada por vazamento de combustível em tanque enterrado).

1. **RESPONSÁVEIS**

* UGP e Consultoria de apoio ao Gerenciamento.

1. **PROCEDIMENTOS**

Gestão de Áreas Contaminadas

A implantação de algumas obras do Programa poderá atingir áreas contaminadas , sendo necessário o controle do material contaminado para evitar maior poluição do ambiente, bem como afetar a saúde de trabalhadores das obras ou moradores locais durante as fases de implantação e, posteriormente, aos usuários durante a fase de operação.

A partir da identificação de área contaminada deverão ser definidos os métodos construtivos mais adequados no projeto executivo, visando minimizar os impactos ao meio ambiente, custos e prazos de intervenções de obras, considerando os possíveis riscos de exposição dos trabalhadores.

Os relatórios deverão ter anuência da SEMMAM e ser apresentados pela UGP ao BID, assim como a rotina de envio de documentos de acompanhamento e controle ambiental de obras. O licenciamento das etapas posteriores de obra, poderá apresentar condicionantes ao prosseguimento das mesmas.

Atividades Propostas

Inicialmente, a UGP deverá protocolar na SEMMAM o Relatório de Avaliação Preliminar de Áreas Contaminadas, para que essa Secretaria indique a necessidade ou não de aprofundar as pesquisas. A metodologia a ser aplicada na Avaliação Preliminar deverá atender as orientações entre SEMOB , SEMAD, SEMMAM para elaboração do estudo ambiental para levantamento do passivo, devendo contemplar, no mínimo, os itens apresentados a seguir:

Descrição das Atividades (Medidas)

Há entendimentos entre SEMOB, SEMAD e SEMMAM que definiram os procedimentos e responsabilidade para desativação das atividades exercidas de abastecimento de combustível. Deverá ser elaborado Estudo Ambiental para levantamento do Passivo Ambiental para apresentação dos resultados obtidos, considerando o seguinte:

• Caracterização da área;

• Etapa 1A – Avaliação Preliminar;

• Etapa 1B – Investigação por Compostos Orgânicos Voláteis;

• Etapa 2 – Investigação Quantitativa por Cromatografia;

• Etapa 3 – Análise de Risco;

• Etapa 4 – Plano de Remediação Ambiental;

Apresentação do Plano de desativação e/ou remoção de tanques, equipamentos e sistemas, quando for o caso, de acordo com os procedimentos:

• Avaliação de segurança e possibilidade de remoção;

• Levantamento das interferências das instalações dos tanques com outras construções e

instalações hidráulicas e elétricas no local;

• Identificação do produto que estava estocado no tanque, adotando procedimentos

específicos de cada tipo de Combustível;

• Esgotamento total do tanque utilizando caminhão-tanque, destinando adequadamente o

resíduo;

• Desgaseificação e limpeza de tanque; por empresa especializada e credenciada

ambientalmente;

• Utilização de cuidados especiais quanto ao uso de equipamentos que possam produzir

centelha durante o funcionamento das bombas e quebra de asfalto;

• Após esvaziamento do tanque, tamponá-lo para evitar vazamento sobre o solo;

• Avaliação da possível contaminação do solo e do lençol freático;

• Considerar os fatores agravantes na fase de execução dos procedimentos (chuva, solo

instável, áreas de aterro, contaminação do solo;

• Adotar medidas de segurança, isolando o local e sinalizando com cartazes “Não Fume” e

“Perigo Inflamável”;

• A escavação deve ser realizada normalmente até a completa descoberta do tanque,

tubulações e acessórios, cuidados com a presença de outros equipamentos nas

proximidades;

• Escoramento do tanque para evitar o seu deslocamento durante a escavação;

• Proceder a retirada do tanque;

• Verificar se o fundo da cama está contaminado com produtos combustíveis;

• Investigação da extensão da contaminação para a análise e seleção de medidas corretivas;

• A escavação deverá ser realizada com o monitoramento da explosividade executado por

técnico habilitado, verificando se o limite da explosividade está de acordo com a legislação

e as normas específicas;

• Caso o solo esteja contaminado com Combustíveis., a escavação deve ser monitorada por

empresa habilitada para precisar o grau e a extensão da contaminação com a destinação

final dos resíduos das escavações;

• Os operários deverão ser submetidos a exames de avaliação;

236

• Atenção especial para a retirada das tubulações devido a presença de vapores inflamáveis,

caso não possam ser retirados deverão ser desgaseificados e tamponados;

• Antes da retirada do tanque e das tubulações, verificar sua situação geral;

• Preencher Laudo das condições de estanqueidade do tanque e de suas instalações

subterrâneas;

• Para o transporte sinalizar de maneira clara e durável, nas extremidades e lados opostos

com letras de tamanho maior e igual a 05 cm, identificando o produto;

• Enviar o tanque para empresa habilitada em desgaseificação e limpeza de tanque; sendo

enviado posteriormente para o abastecimento

• Tanque contaminado com Combustível receberá tratamento adequado.

* **FORMULÁRIOS E PROCEDIMENTOS CORRELATOS**
* PO.01 Programa de Planejamento e Gerenciamento Ambiental
* PO.02 Programa de Controle Ambiental de Obras
* PO.03 Programa de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho
* PO.04 Programa de Supervisão Ambiental da Construção
* PO.05 Programa de Remediação do Terreno do Centro de Cooperação da Cidade
* **CONTROLE DE REGISTROS**
* Os registros gerados pelas atividades deste procedimento são controlados conforme segue:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO** | **LOCAL DO ARQUIVO** | **TIPO E RECUPERAÇÃO DO ARQUIVO** | **TEMPO DE RETENÇÃO** | **DESCARTE** |
| F.G.04 – Formulário de Não Conformidade,  F.G.05 – Relatório de Inspeção Ambiental.  F.G.06 – Plano de Melhoria.  F.O.01 – Destinatário de Resíduo.  F.O.02 – Controle de remoção de resíduos | UGP | Arquivo Eletrônico - backup | Até a recuperação da área ou o final da obra. | Apagar |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Revisão deste Procedimento** | **APROVAÇÃO:**  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** |
| UGP |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PRODECIMENTO DE OBRA** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **Programa de Comunicação Social** | **P.O.06** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

1. **OBJETIVOS E META**

Ao propor a implantação de instrumentos de comunicação social que atinjam a população do município de Vitória, principalmente os moradores dos bairros adjacentes, o Programa de Comunicação Social, per si, possui a pretensão de manter a população informada a respeito das obras de implantação que do Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã de Vitória, em seu Componente I - Desenvolvimento Urbano e Gestão Sustentável da Cidade que objetiva a Requalificação Urbana da Orla Noroeste e a Redução da Vulnerabilidade a Riscos Naturais e Componente II - Segurança Cidadã, que é integrado por dois subcomponentes, Prevenção Social da Violência e Aparelhamento/Capacitação da Guarda Municipal Cidadã. O Programa de Comunicação Social também tem o objetivo de sensibilizar os colaboradores e os moradores das comunidades do entorno sobre as questões ambientais.

As diretrizes básicas adotadas para o Procedimento de Comunicação c Partes Interessadas se alinham com normas gerais sobre comunicações socioambientais, no que tange a:

* Transparência, procurando-se dar a todas as partes interessadas acesso às informações que lhe são pertinentes e facilitar a sua plena compreensão do seu papel no processo de comunicação;
* Abrangência, objetivando que todas as necessidades de informação das partes interessadas sejam conhecidas e, sempre que possível, atendidas;
* Clareza e compatibilidade da linguagem e dos meios de divulgação utilizados com as características de cada tipo de público alvo;
* Objetividade das informações transmitidas, que não poderão conter ambiguidade e focarão sempre no estritamente relevante;
* Precisão das informações transmitidas, que deverão sempre ser fiel representação das realidades fáticas de que tratam;
* Rastreabilidade, que objetiva que todas as informações divulgadas possam ser verificadas pelas partes interessadas.

O Subprograma de Atendimento a Consultas e Reclamações estabelece um conjunto de diretrizes que visam organizar o processo de estruturação de informações, definir os meios de divulgação segundo tipo de conteúdo e grupos alvo, definir meios de ouvidoria e estabelecer a sistemática de recebimento e encaminhamento de respostas.

1. **RESPONSÁVEIS**

* PMV, UGP e Consultorias de apoio ao Gerenciamento.

1. **PROCEDIMENTOS**

O processo de estruturação de informações, está atrelado ao **Subprograma de Atendimento a Consultas e Reclamações** que estabelece um conjunto de diretrizes que visam organizar e definir os meios de divulgação segundo tipo de conteúdo e grupos alvo, meios de ouvidoria e estabelecer a sistemática de recebimento e encaminhamento de respostas**.,** conforme segue abaixo;

Identificação, Mapeamento e Análise das partes interessadas

Identificar os principais grupos de partes interessadas que devem ser informados e consultados sobre o projeto. Esses grupos devem incluir pessoas ou grupos que:

* São direta e/ou indiretamente afetados pelo projeto.
* Têm “interesses” no projeto que os determinam como partes interessadas.
* Têm potencial para influenciar os resultados do projeto ou as operações da empresa (exemplos de possíveis partes interessadas são as Comunidades Afetadas, organizações locais, ONGs e autoridades governamentais; as partes interessadas também podem incluir políticos, outras empresas, sindicatos trabalhistas, grupos acadêmicos ou religiosos, agências socioambientais do setor público nacionais e a mídia).

O resultado do mapeamento será uma lista das partes interessadas, dentro de seus devidos grupos de interesse. A análise prévia de partes interessadas deverá identificar, de maneira preliminar, os riscos de conflito com cada uma das partes, fazendo também uma categorização, considerando de maneira diferenciada, as partes afetadas e os grupos de interesse. Para tal, deve ser elaborado um questionário sucinto a aplicar com as partes interessadas, para verificação do seu nível de interesse, influência, afetação e vulnerabilidade.

Após o mapeamento das partes interessadas, deve ser realizada uma primeira campanha de divulgação de informações, conforme descrito na medida. Divulgação de informações Antes do Início das Obras do Programa de Comunicação Social.

Consulta e participação das partes interessadas

Dado que a etapa anterior é uma ação passiva de comunicação, é necessário estabelecer um diálogo com as partes interessadas, e com isso realizam-se as consultas. Para esta etapa deve-se elaborar procedimentos que garantam e comprovem a ampla participação das comunidades no projeto.

As consultas deverão ocorrer independentemente de exigência ou não de audiência pública pelo órgão ambiental competente, no âmbito do processo de avaliação de impacto ambiental e licenciamento ambiental. Cada processo de consulta deve ser planejado, as consultas devem ser inclusivas e documentadas.

Escritório de Gestão Social

Deverá ser instalado pela PMV, na região da Orla Noroeste, um escritório local (em espaço fixo ou em trailers móveis) com fins de melhorar a comunicação com a comunidade beneficiada e dar encaminhamentos a eventuais queixas para todos os temas que serão objetos de intervenção na região.

Gerenciamento de reclamações

Deve haver um mecanismo de reclamação e comunicação para o público externo e um mecanismo de reclamação e comunicação para o público interno. Estes canais de comunicação devem ser devidamente divulgados aos seus públicos-alvo.

A PMV pode estabelecer diferentes canais de relacionamento para o seu público interno, como por exemplo:

* Reclamações, denúncias e sugestões por parte de membros da equipe sobre conduta ética podem ser feitas por meio de contato direto com o superior imediato ou com um Comitê de Ética;
* Também podem ser utilizados canais como intranet, caixa de sugestões, ouvidoria, call center e documentos formais.
* Implantar ouvidoria aberta que atende reclamações do público externo. Este instrumento representa um importante canal de manifestação, pelo qual é possível informar abusos ou condutas equivocadas.

Deve ser dada garantia de sigilo das informações e dos manifestantes, de acordo com um código de ética preestabelecido, e promovê-lo com a realização de palestra abertas, também incluindo a conscientização sobre todos os aspectos que envolvem corrupção, denúncias, sigilo etc.

Toda consulta ou reclamação aceita deve passar por um procedimento de controle e incluída em uma Planilha Consolidada de Acompanhamento de Consultas e Reclamações. Constarão nessa planilha:

* A data de recebimento;
* A classificação temática da consulta ou reclamação;
* A lista dos envolvidos na elaboração da resposta;
* A (s) data (s) de encaminhamento da resposta;
* O retorno da resposta.

Gestão contínua das partes interessadas

O mapeamento, divulgação das informações, consultas e mecanismos de comunicação fazem parte de toda uma gestão de partes interessadas que será gerida por uma equipe dentro da PMV, cumprindo os procedimentos descritos neste programa.

Desde o início do Programa de Comunicação Social, o empreendedor disponibilizará um sistema de atendimento a consultas e reclamações, funcionando como uma ouvidoria específica para a implantação da Orla Noroeste. Serão fornecidos aos cidadãos: um endereço convencional para envio de correspondência, um número de telefone para atendimento imediato e um endereço eletrônico para recebimento de demandas, consultas, reclamações e sugestões.

Todas as consultas e reclamações serão respondidas e será mantido um registro das mesmas em base de dados permanentemente atualizada. As estatísticas consolidadas de consultas e reclamações serão periodicamente analisadas pelo empreendedor e, quando forem verificados problemas de desinformação, os responsáveis pela elaboração de conteúdos para divulgação serão acionados, de forma a adequar os mesmos.

* **FORMULÁRIOS E PROCEDIMENTOS CORRELATOS**
* P.01 Programa de Planejamento e Gerenciamento Ambiental
* P.02 Programa de Controle Ambiental de Obras
* P.03 Programa de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho
* P.04 Programa de Supervisão Ambiental da Construção
* P.05 Programa de Remediação do Terreno do Centro de Cooperação da Cidade
* P.06 Programa de Comunicação Social
* P.07 Programa de Educação Ambiental e Sanitária
* P.08 Programa de Proteção e Recuperação da Vegetação de Mangue nas Áreas Afetadas
* P.09 Programa de Apoio a Atividades Produtivas da Orla Noroeste
* **CONTROLE DE REGISTROS**

Os registros gerados pelas atividades deste procedimento são controlados conforme segue:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO** | **LOCAL DO ARQUIVO** | **TIPO E RECUPERAÇÃO DO ARQUIVO** | **TEMPO DE RETENÇÃO** | **DESCARTE** |
| F.G.04 – Formulário de Não Conformidade,  F.G.05 – Relatório de Inspeção Ambiental.  F.G.06 – Plano de Melhoria.  F.O.01 – Destinatário de Resíduo.  F.O.02 – Controle de remoção de resíduo.  F.O.03 – Notificação da Emissão de Fumaça. | UGP | Arquivo Eletrônico - backup | Até a recuperação da área ou o final da obra. | Apagar |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Revisão deste Procedimento** | **APROVAÇÃO:**  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** |
| UGP |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PRODECIMENTO DE OBRA** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **Programa de Educação Ambiental e Sanitária** | **P.O.07** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

1. **OBJETIVOS E METAS**

O Programa de Educação Ambiental e Sanitária deverá ser implementado durante a fase de construção, e envolverá as medidas destinadas à sensibilização e à transmissão de conhecimento sobre o meio ambiente, visando à transformação de atitudes e a introdução de valores ambientais e de questões associadas à convivência segura com o desenvolvimento das obras do empreendimento. propondo ações de educação ambiental e sanitária junto à população moradora das áreas de influência indireta e direta do empreendimento e aos trabalhadores das obras, visando a aumentar o nível de conhecimento e proteção ambiental de ecossistemas regionais, assim como maximizar os benefícios socioambientais do empreendimento, disseminando cuidados necessários à conservação, proteção e preservação ambiental e a qualidade de vida da população.

1. **RESPONSÁVEIS**

* UGP, Consultorias de apoio ao Gerenciamento

1. **PROCEDIMENTOS**

Em consonância com as proposições da PMV/Semmam, estão abaixo descritos os objetivos

específicos que tratam de ações comuns entre o PEA da Semmam e este programa.

*Etapa 1: Preparação do DRP – Diagnóstico Rápido Participativo.*

A) Identificar participantes potenciais

Serão identificados participantes potenciais a partir do público-alvo definido no programa depara serem convidados a participar das oficinas e reuniões: o População dos bairros diretamente afetados pela obra que são: Ilha das Caieiras, São Pedro, Santo André, Nova Palestina, Redenção e Resistência, especificamente os moradores no entorno da Orla Noroeste, donos de restaurante e demais estabelecimentos comerciais; o Comunidades tradicionais ali instaladas que utilizam a região para suas atividades econômicas, culturais e sociais: marisqueiras, pescadores, desfiadeiras de siri, catadores de caranguejo e paneleiras de barro.

B) Selecionar as ferramentas de diagnóstico e avaliar as necessidades de informação

Para condução das oficinas podem ser adotados elementos de métodos e técnicas de DRP, tais como, Marco Lógico, técnica “Matriz”, método “ZOPP”; técnica “Metaplan”, assim como, adaptação do método “FOFA” (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). Essa etapa inclui a definição dos recursos materiais e elaboração de material didático e informativo. Para isso, serão levantados dados e informações relacionados à implantação do empreendimento e aos temas relevantes de interesse específico para cada público-alvo, e também os eixos temáticos anteriormente citados: Mata Atlântica e Manguezal; Recuperação de remanescentes florestais; Recuperação de nascentes; Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva; Recuperação de áreas de manguezais; Projeto Orla Noroeste; Esgotamento sanitário; Doenças de veiculação hídrica comuns nas áreas de mangues.

C) Produzir material para realização do Diagnóstico Rápido Participativo

Os seguintes materiais didáticos e de apoio às oficinas serão preparados:

• Apresentação dos objetivos do DRP e informações sobre o empreendimento;

• Disponibilização de mapas de localização do empreendimento;

• Fichas com os conteúdos temáticos;

• Fichas de preenchimento de questões e informações;

• Fichas de avaliação das atividades da oficina;

• Questionários para entrevistas semiestruturadas;

• Roteiro de reuniões;

• Outros materiais necessários à condução das oficinas.

D) Desenhar o processo do diagnóstico

Utilizando-se como base o conceito de DRP e as diversas técnicas e métodos existentes, devem ser detalhadas cada uma das atividades, programação e localização dos eventos, incluindo a estimativa de tempo das atividades, forma de apresentação das informações, modo de organização dos grupos, atividades participativas propostas, tipo de recursos materiais a serem utilizados, entre outros.

*Elaboração dos Projetos de Educação Ambiental e Sanitária.* Após a conclusão do DRP, as principais atividades a serem realizadas consistem em:

• Organização e análise dos resultados do Diagnóstico Rápido Participativo;

• Detalhamento dos projetos de educação ambiental;

• Apresentação dos projetos consolidados em um Relatório Preliminar do Programa de Educação Ambiental e Sanitária.

Educação Ambiental e Sanitária para os Trabalhadores

O objetivo desta medida é assegurar que os trabalhadores envolvidos com as obras do empreendimento realizem suas atividades de acordo com procedimentos adequados, considerando cuidados com o meio ambiente, com as comunidades e com o patrimônio histórico, arqueológico e paleontológico. Para atingir ao objetivo proposto, os funcionários receberão treinamento em módulo padrão de 2 (duas) horas de duração, ministrado nos canteiros de obra, no qual a participação será obrigatória, com registro de todos os participantes. A aplicação de treinamento ambiental aos trabalhadores das construtoras será uma atribuição da equipe de Gestão Ambiental. O módulo de treinamento abrangerá o seguinte conteúdo:

* Resumo expedito da legislação ambiental pertinente, com ênfase nas proibições referentes a: corte não autorizado de vegetação, caça a animais silvestres, coleta de plantas e danos ao patrimônio histórico, cultural, arqueológico ou paleontológico;
* Cuidados com a flora, fauna e patrimônio histórico, cultural, arqueológico e paleontológico;
* Prevenção de incêndios florestais;
* Importância da prevenção e controle de erosão, poluição e contaminação do meio ambiente;
* Destinação de resíduos sólidos;
* Reconhecimento de animais peçonhentos e procedimentos em caso de picadas;
* Descrição dos procedimentos de supervisão/monitoramento ambiental das obras, com foco no sistema de manejo de não conformidades;
* Explicação sobre como agir em caso de emergências, tais como acidentes de trabalho, fogo acidental, entre outros (de acordo com os procedimentos previstos na medida;
* Apresentação do Código de Conduta para os Trabalhadores e de normas de relacionamento com as comunidades lindeiras;
* Ações informativas e educativas sobre segregação e descarte inadequado de resíduos sólidos urbanos, a realização de ligações intra-domiciliares de esgotamento sanitário e a adoção de práticas de consumo consciente;
* Ações informativas e educativas sobre controle de epidemias causadas por doenças de veiculação hídrica.
* Ações educativas sobre os riscos de doenças de veiculação hídrica comuns nas áreas de mangues.

Responsabilidade Institucional

A coordenação e monitoramento desse Programa serão realizadas pela Gerência de Educação Ambiental da SEMMAM, com o apoio da Comissão de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Educação (CEASE), instâncias que compõem o Sistema Municipal de Educação Ambiental (Lei nº 8695/2014). Devido a abrangência do Programa, para sua execução será necessário a contratação de empresa especializada em serviços de Educação Ambiental e Mobilização Social.

* **FORMULÁRIOS E PROCEDIMENTOS CORRELATOS**
* P.O.01 – Planejamento e gerenciamento ambiental da obra
* P.O.04 –Programa de Supervisão Ambiental da Construção
* P.O.07 – Programa de Comunicação Social.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PRODECIMENTO DE OBRA** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **Programa de Proteção e Recuperação da Vegetação de Mangue nas Áreas Afetadas** | **P.O.08** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

1. **OBJETIVOS E METAS**

O Programa de Proteção e Recuperação da Vegetação de Mangue nas Áreas Afetadas é uma iniciativa complementar às ações que tratam da elaboração de planos de manejo da Estação Ecológica Municipal (EEM) da Ilha do Lameirão e do Parque Municipal Dom Luiz Gonzaga, bem como ao Plano de Recuperação de Áreas Degradada (PRAD) Manguezal Estação Ecológica Municipal da Ilha do Lameirão.

O objetivo é estruturar ações que visam a recuperação e proteção dos importantes remanescentes de mangues situados na região das obras da Orla Noroeste. Se configura também como uma ação compensatória ao impacto de redução da cobertura vegetal, decorrente da supressão de vegetação na borda da área de mangue

1. **RESPONSÁVEIS**

* UGP, Consultoria ao Gerenciamento e Empresas Especializadas.

1. **PROCEDIMENTOS**

Elaboração dos Planos de Manejo de Unidades de Conservação

Trata-se da elaboração de Planos de Manejo das unidades de conservação Estação Ecológica Municipal da Ilha do Lameirão e do Parque Municipal Dom Luiz Gonzaga.

Plano de Recuperação de Áreas Degradada (PRAD)

A ação compreende ações destinadas à recuperação de áreas de mangue situadas dentro da Estação Ecológica Municipal da Ilha do Lameirão e do Parque Municipal Dom Luiz Gonzaga, modificadas por intervenções antrópicas diretas ou por processos decorrentes da ocupação urbana no entorno

Recuperação de Áreas Impactadas pelas Obras

Objetiva garantir que as áreas impactadas pelas obras da Orla Noroeste sejam devidamente recuperadas. A situação de cada área no momento de sua liberação (após as obras) será caracterizada, relatando também a utilização prévia do local e todas as intervenções realizadas em função da construção do empreendimento. Será incluído um registro fotográfico das áreas a serem recuperadas.

Para cada situação serão executadas atividades ou medidas necessárias para a recuperação das áreas impactadas, incluindo desse modo, dentre outras, as seguintes atividades principais:

* Demolição de instalações provisórias, limpeza e descontaminação das áreas a serem recuperadas;
* Reconformação do terreno e contenção de erosão, visando devolver estabilidade do suporte físico da paisagem local, eliminando os processos erosivos atuantes e minimizando a possibilidade de ocorrência de processos futuros;
* Reordenamento ou implantação de sistema de drenagem;
* Reconformação do terreno e forração vegetal com gramíneas;
* Recomposição da vegetação.

Nos trechos onde houver deposição acentuada de material com comprometimento das condições naturais da drenagem e com possibilidade de danos à vegetação ou obstrução do sistema de drenagem pré-existente, serão removidos os materiais com o uso de métodos manuais ou mecânicos. A remoção terá como objetivo devolver, na medida do possível, as drenagens às suas condições naturais.

Educação Ambiental e Vigilância

Uma vez formulados os instrumentos de gestão das unidades de conservação é de fundamental importância que a PMV incremente as atividades e os programas de educação ambiental já desenvolvidos, de forma a ampliar a conscientização da população dos bairros da região da Orla Noroeste quanto à importâncias das unidades de conservação, bem como em relação os usos permitidos, regras de utilização, zoneamento das unidades e importância do ecossistema.

Medidas que reforcem a vigilância das unidades, coibindo ações de depredação e poluição, bem como incursões ilegais dentro das unidades, devem também ser estruturadas e implementadas pela PMV.

**Quadro n.1 – Medidas de Controle ambiental**

|  |  |
| --- | --- |
| **MEDIDAS DE CONTROLE AMBIENTAL** | |
| **Ação** | **Descrição** |
| Área de Vegetação de Mangue nas áreas Afetadas | * Essas áreas deverão ser previamente licenciadas pelo órgão ambiental competente, com base no Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD; * Deve ser evitado o uso irregular da área por terceiros, por meio de vigilância e restrição de acesso; * As áreas de empréstimo deverão ser exploradas de acordo com o PRAD e as condicionantes da Licença de Instalação e, mesmo se tratando de propriedade de terceiros, deverão ser objeto de inspeção ambiental em atendimento da Diretriz B-17 da OP-703 do BID; * Nos bota-foras, poderão ser dispostos restos vegetais (basicamente raízes e tocos picados), respeitando-se o limite interno de, pelo menos, 5,0m da área a ser utilizada, de maneira que o material fique totalmente contido no interior do aterro. Será necessário adequar á acomodação do material antes da sua cobertura com terra, para garantir que as cavidades sejam preenchidas para minimizar os riscos de desestabilização do bota-fora; * A camada de solo orgânico será removida e estocada em local plano, antes da deposição de material no bota-fora, para posterior utilização na recuperação final da área. * Toda ocorrência de erosões e assoreamentos exigirá ação corretiva imediata. * Recomposição e vegetação das áreas remanescentes; |
| No encerramento das atividades, as áreas utilizadas devem apresentar: | * Uma configuração geométrica compatível com a topografia dos terrenos adjacentes, mediante o reafeiçoamento e atenuação dos taludes; * A readequação da drenagem e a recomposição da cobertura vegetal de modo a permitir o tratamento harmônico da mesma com a paisagem circundante; e * Um termo de aceite do proprietário das áreas utilizadas para empréstimo e bota-foras, quando externas à faixa de domínio. |

* **FORMULÁRIOS E PROCEDIMENTOS CORRELATOS**
* P.O.01 – Planejamento e gerenciamento ambiental da obra
* P.O.02 – Programa de Controle Ambiental de Obras
* P.O.03 –Programa de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho
* P.O.04 –Programa de Supervisão Ambiental da Construção
* P.O.07 – Programa de Educação Ambiental e Sanitária.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PRODECIMENTO DE OBRA** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **Programa de Apoio a Atividades Produtivas da Orla Noroeste** | **P.O.09** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

1. **OBJETIVOS E METAS**

Tem por objetivo de levantar a situação atual dos empreendimentos estabelecidos na

área de influência direta das obras da Orla Noroeste, propondo medidas mitigadoras dos impactos

das obras, pretende, também, apoiar as comunidades do entorno da Orla Noroeste no desenvolvimento de atividades empresariais potencializadas a partir da implantação das obras, em função do acréscimo da renda disponível da população resultante da geração de emprego para a população local.

1. **RESPONSAVEIS.**

* UGP- Unidade de Gestão do Programa e Consultorias de apoio ao Gerenciamento.

1. **PROCEDIMENTOS**

Implantação de Centro de Apoio ao Empreendedor

* Oferecer suporte às atividades dos estabelecimentos comerciais do entorno da Orla

Noroeste;

• Contribuir para o desenvolvimento da atividade empresarial dessas unidades;

• Acompanhar e apoiar as ações propostas.

Levantamento da situação atual dos empreendimentos estabelecidos na área de influência direta

das obras da Orla Noroeste

• Identificação dos empreendimentos estabelecidos na região;

• Categorização entre formais e informais;

• Grau de desenvolvimento do negócio e

• Necessidades de capacitação.

Definição do impacto das obras em cada estabelecimento em função de:

• Localização do estabelecimento;

• Tipo de serviço e/ou comércio;

• Horários de funcionamento e

• Quantidade e tipologia dos clientes atendidos.

• Estimativa da queda de receita, se houver;

• Definição de possíveis medidas compensatórias através de subsídios.

Análise e proposição de um cronograma de implantação junto ao gerenciamento da obra, visando:

• Implantação da obra com vistas a melhor prática,

• Garantia do prazo de implantação e

• Minimização dos impactos nas empresas.

Qualificação dos empreendedores para o novo cenário estabelecido após a conclusão das obras

* Capacitação e requalificação dos estabelecimentos em função do novo cenário, pós obras.

• Levantamento da situação pós implantação.

• Diagnosticar a situação das empresas da região, inclusive as que surgiram durante e/ou depois das obras, em parceria com o SEBRAE.

**VI. PROGRAMA QUADRO DE IMPACTOS DO PROGRAMA DE REQUALIFICACAO URBANA DA ORLA NOROESTE DE VITORIA**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **IMPACTOS** | **P.01** | **P.02** | **P.03** | **P.04** | **P.05** | **P.06** | **P.07** | **P.08** | **P.09** | **PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS** |
| 1. Ampliação da cobertura vegetal de porte florestal |  |  |  |  |  |  |  |  |  | P.01 - Programa de Planejamento e Gerenciamento Ambiental  P.02 Programa de Controle Ambiental de Obras  P.03 - Programa de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho  P.04 - Programa de Supervisão Ambiental da Construção  P.05 Programa de Remediação do Terreno do Centro de Cooperação da Cidade  P.06 - Programa de Comunicação Social  P.07 - P.07 Programa de Educação Ambiental e Sanitária  P.08 Programa de Proteção e Recuperação da Vegetação de Mangue nas Áreas Afetadas  P.09 Programa de Apoio a Atividades Produtivas da Orla Noroeste |
| 1. Ampliação dos habitats para a fauna e redução da fragmentação dos habitats |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Estabilização de áreas de risco |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Melhoria das condições infiltração de água e da qualidade da água |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Alteração da qualidade da água do rio Santa Maria e canais secundários durante as obras de requalificação urbana da Orla Noroeste |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Melhoria da qualidade da água do rio Santa Maria após as obras de requalificação urbana da Orla Noroeste |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Redução da cobertura vegetal |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Geração de resíduos da construção civil |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Alteração da paisagem |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Geração de expectativas |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Geração de empregos |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Requalificação urbana e melhoria das condições urbano-ambientais do espaço público |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Incremento e melhoria de áreas de lazer, de interesse cultural e educacional |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Melhoria das condições trabalho de marisqueiros, pescadores e desfiadeiras de siri |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Interrupção e/ou restrições de uso de equipamentos e estruturas instaladas na Orla Noroeste |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Restrições e diminuição dos locais de atracação de embarcações |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Redução da receita de restaurantes da Orla durante as obras |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Potencialização do turismo e do potencial gastronômico local |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Incômodos gerais à vizinhança das obras |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Dinamização das atividades econômicas locais |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Valorização imobiliária |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Ampliação e melhoria de equipamentos culturais |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Ampliação e melhoria da infraestrutura de saúde |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Ampliação e melhoria da infraestrutura de esporte e lazer |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Melhoria das condições de vida da população |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Incremento da capacidade/atuação da Guarda Municipal e melhoria das condições de segurança |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. Melhorar a condição de vida da população |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 28. Incremento da capacidade/atuação da Guarda Municipal e melhoria das condições de segurança |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Revisão deste Quadro** | **APROVAÇÃO:**  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** |
| UGP |

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Impactos Positivos** |
|  | **Mitigação de Impactos Negativos** |

* **CONTROLE DE REGISTROS**

Os registros gerados pelas atividades deste procedimento são controlados conforme segue:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO** | **LOCAL DO ARQUIVO** | **TIPO E RECUPERAÇÃO DO ARQUIVO** | **TEMPO DE RETENÇÃO** | **DESCARTE** |
| F.G.04 – Formulário de Não Conformidade,  F.G.05 – Relatório de Inspeção Ambiental.  F.G.06 – Plano de Melhoria.  F.O.01 – Destinatário de Resíduo.  F.O.02 – Controle de remoção de resíduo.  F.O.03 – Notificação da Emissão de Fumaça. | UGP | Arquivo Eletrônico - backup | Até a recuperação da área ou o final da obra. | Apagar |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Revisão deste Procedimento** | **APROVAÇÃO:**  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** |
| UGP |

**V I.FORMULÁRIOS DA FASE DE IMPLANTAÇÃO**

Os formulários da fase de implantação do Programa de Requalificação Urbana da orla Noroeste de Vitoria são destinados ao acompanhamento da solução do problema ambiental identificado e do acidente de trabalho ocorrido eao controle ambiental das obras.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **FORMULÁRIO DE OBRA** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **CADASTRO DE DESTINATÁRIO DE RESÍDUO** | **F.O.01** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **EMPRESA** | **DADOS**  **DA EMPRESA** | **LOCAL E ATIVIDADE DA DESTINAÇÃO** | **LICENÇA DE OPERAÇÃO**  **E VALIDADE** | **OBSERVAÇÕES** |
|  | Contato:  Endereço:  Telefone: |  |  |  |
|  | Contato:  Endereço:  Telefone: |  |  |  |
|  | Contato:  Endereço:  Telefone: |  |  |  |
|  | Contato:  Endereço:  Telefone: |  |  |  |
|  | Contato:  Endereço:  Telefone: |  |  |  |
|  | Contato:  Endereço:  Telefone: |  |  |  |
|  | Contato:  Endereço:  Telefone: |  |  |  |
|  | Contato:  Endereço:  Telefone: |  |  |  |
|  | Contato:  Endereço:  Telefone: |  |  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **FORMULÁRIO DE OBRA** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **CONTROLE DA REMOÇÃO DE RESÍDUO** | **F.O.02** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **OBRA/ATIVIDADE:** | | | | | |
| **DATA** | **PLACA DO VEÍCULO** | **TRANSPORTADOR** | **RESÍDUO** | **VOLUME** | **DESTINO (anexar comprovante)** |
|  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **FORMULÁRIO DE OBRA** | **IDENTIFICAÇÃO** | **VERSÃO** | **DATA** |
| **NOTIFICAÇÃO DE EMISSÃO DE FUMAÇA** | **F.O.03** | **0** | **\_\_/\_\_/2018** |

|  |  |
| --- | --- |
| **NOME DO MOTORISTA/OPERADOR:** | |
| **VEÍCULO:** | **PLACA:** |
| **OBRA/ATIVIDADE:** | **LOCAL DA INSPEÇÃO:** |
|  |  |

Notificamos que o veículo acima citado não se encontra em condições de funcionamento por estar em desacordo com os limites estabelecidos pela legislação brasileira para a emissão de fumaça, conforme observado na inspeção realizada no dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_\_. Segue anexo foto da leitura da Escala Ringelmann

Solicitamos o imediato ajuste mecânico do referido veículo, sob pena de impossibilidade futura de seu funcionamento na área do Programa de Requalificação Urbana da orla Noroeste de Vitoria.

1. O preenchimento do F.G.04 – Formulário de Não-conformidade não dispensa a anotação no Diário de Obras de um dano ambiental ou irregularidade observada durante a visita às obras. [↑](#footnote-ref-1)
2. [↑](#footnote-ref-2)